Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3097/2021
Data: 25/10/2021 - Horário: 10:23
Legislativo - PLO 179/2021
Fls 1
Visto

Excelentíssimo Senhor
**JOECIR BERNARDI**
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

O vereador que abaixo assina, **Claudemir Zanco - PL** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário e solicita apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte Projeto de Lei :

**PROJETO DE LEI Nº 179/2021**

Dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** A implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações no Município de Pato Branco fica disciplinada por esta Lei, observado o disposto na legislação e na regulamentação federal pertinente.

Parágrafo único. Não estão sujeitos às prescrições previstas nesta Lei os radares militares e civis, com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo, bem como as infraestruturas de radionavegação aeronáutica e as de telecomunicações aeronáuticas, fixas e móveis, destinadas a garantir a segurança das operações aéreas, cujos funcionamentos deverão obedecer à regulamentação própria.

**Art. 2º** Para os fins de aplicação desta Lei, adotar-se-ão as normas expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - e as seguintes definições:

I - área precária: área sem regularização fundiária;

II - detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;

III - Estação Transmissora de Radiocomunicação (ETR): conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, incluindo seus acessórios e periféricos, que emitem radiofrequências, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações;

IV - Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel: certa ETR implantada para permanência temporária com a finalidade de cobrir demandas emergenciais e/ou específicas, tais como eventos, situações calamitosas ou de interesse público;

V - Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte: aquela que apresenta dimensões físicas reduzidas e aptas a atender aos critérios de baixo impacto visual, tais como:

a) ETR cujos equipamentos sejam harmonizados, enterrados ou ocultados em obras de arte, mobiliário ou equipamentos urbanos; e/ou

b) as instaladas em postes de energia ou postes de iluminação pública, estruturas de suporte de sinalização viária, camuflados ou harmonizados em fachadas de prédios residenciais e/ou comerciais, os de baixo impacto, os sustentáveis, os de estrutura leves e/ou postes harmonizados que agreguem os equipamentos da ETR em seu interior;

c) ETR cuja instalação não dependa da construção civil de novas infraestruturas de suporte ou não impliquem na alteração da edificação existente no local;

VI - instalação externa: instalação em locais não confinados, tais como torres, postes, totens, topo de edificações, fachadas, caixas d`água etc,

VII - instalação interna: instalação em locais internos, tais como no interior de edificações, túneis, centros comerciais, aeroportos, centros de convenção, shopping centers e malls, estádios etc,

VIII - infraestrutura de suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte a redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;

IX - poste: infraestrutura vertical cônica e autosuportada, de concreto ou constituída por chapas de aço, instalada para suportar as ETR`s;

X - poste de energia ou poste de iluminação pública: infraestrutura de madeira, cimento, ferro ou aço destinada a sustentar linhas de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica e iluminação pública, que pode suportar ETR`s;

XI - prestadora: pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações;

XII - torre: infraestrutura vertical transversal triangular ou quadrada, treliçada, que pode ser do tipo autosuportada ou estaiada;

XIII - radiocomunicação: telecomunicação que utiliza frequências radioelétricas não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos.

**Art. 3º** As Estações Transmissoras de Radiocomunicação e as respectivas Infraestruturas de Suporte ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano e são considerados bens de utilidade pública e relevante interesse social, conforme disposto na legislação e regulamentação federal aplicáveis, podendo ser implantadas, compartilhadas e utilizadas em todas as zonas ou categorias de uso, desde que atendam exclusivamente ao disposto nesta Lei.

§ 1º Em bens privados, é permitida a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infraestrutura de suporte com a devida autorização do proprietário do imóvel ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel, mesmo que situado em Área Precária.

§ 2º Nos bens públicos municipais de todos os tipos, é permitida a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação mediante Termo de Permissão de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso, que será outorgada pelo Município, a título não oneroso.

§ 3º Em razão da utilidade pública e relevante interesse social para a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, o Município pode ceder o uso do bem público de uso comum na forma prevista no § 2º para qualquer particular interessado em realizar a instalação de Infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio, nesses casos, o processo licitatório será inexigível, nos termos da legislação aplicável.

§ 4º A cessão de bem público de uso comum não se dará de forma exclusiva, ressalvados os casos em que sua utilização por outros interessados seja inviável ou puder comprometer a instalação de infraestrutura.

**Art. 4º** Não estará sujeita ao licenciamento municipal estabelecido nesta Lei, bastando aos interessados comunicar previamente a implantação e funcionamento ao órgão municipal encarregado de licenciamento urbanístico:

I - de ETR Móvel;

II - de ETR de Pequeno Porte;

III - de ETR em Área Internas;

IV - a substituição da infraestrutura de suporte para ETR já licenciada; e

V - o compartilhamento de infraestrutura de suporte e ETR já licenciada.

**Art. 5º** O limite máximo de emissão de radiação eletromagnética, considerada a soma das emissões de radiação de todos os sistemas transmissores em funcionamento em qualquer localidade do Município, será aquele estabelecido em legislação e regulamentação federal para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos.

Parágrafo único. Os órgãos municipais deverão oficiar ao órgão regulador federal de telecomunicações no caso de eventuais indícios de irregularidades quanto aos limites legais de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.

**Art. 6º** O compartilhamento das Infraestruturas de Suporte pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação observará as disposições das regulamentações federais pertinentes.

## CAPÍTULO II
## DAS RESTRIÇÕES DE INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO

**Art. 7º** Visando à proteção da paisagem urbana, a instalação externa das infraestruturas de suporte deverá atender às seguintes disposições para viabilizar as ETR:

I - em relação à instalação de torres, três metros do alinhamento frontal e um metro e meio das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo da base da torre em relação à divisa do imóvel ocupado;

II - em relação à instalação de postes, um metro e meio do alinhamento frontal, das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo do poste em relação à divisa do imóvel ocupado.

§ 1º Poderá ser autorizada a implantação de infraestrutura de suporte sem observância das limitações previstas neste artigo, nos casos de impossibilidade técnica para sua implantação, devidamente justificada junto aos órgãos Municipais competentes pelo interessado, mediante laudo que justifique a necessidade de sua instalação e indique os eventuais prejuízos caso não seja realizado.

§ 2º As restrições estabelecidas nos incisos I e II não se aplicam aos demais itens da infraestrutura de suporte, tais como: containers, esteiramento, entre outros.

§ 3º As restrições estabelecidas no inciso II deste artigo não se aplicam aos postes, edificados ou a edificar, em bens públicos de uso comum.

**Art. 8º** Poderá ser admitida a instalação de abrigos de equipamentos da Estação Transmissora de Radiocomunicação nos limites do terreno, desde que:

I - não promova prejuízo para a ventilação do imóvel vizinho;

II - não seja aberta janela voltada para a edificação vizinha.

**Art. 9º** A instalação dos equipamentos de transmissão, containers, antenas, cabos e mastros no topo e fachadas de edificações é admitida desde que sejam garantidas condições de segurança previstas nas normas técnicas e legais aplicáveis, para as pessoas no interior da edificação e para aquelas que acessarem o topo do edifício.

§ 1º Nas ETR e infraestrutura de suporte instaladas em topos de edifícios não deverão observar o disposto nos incisos I e II do artigo 7º da presente Lei.

§ 2º Os equipamentos elencados no caput deste artigo obedecerão às limitações das divisas do terreno do imóvel, não podendo apresentar projeção que ultrapasse o limite da edificação existente para o lote vizinho, quando a edificação ocupar todo o lote próprio.

**Art. 10.** Os equipamentos que compõem a ETR deverão receber, se necessário, tratamento acústico para que o ruído não ultrapasse os limites máximos permitidos e estabelecidos em legislação pertinente.

**Art. 11.** Implantação das ETR deverá observar as seguintes diretrizes:

I - redução do impacto paisagístico, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável, nos termos da legislação federal;

II - priorização da utilização de equipamentos de infraestrutura já implantados, como redes de iluminação pública, sistemas de videomonitoramento público, distribuição de energia e mobiliário urbano; e

III - priorização do compartilhamento de infraestrutura no caso de implantação em torres de telecomunicação e sistema rooftop.

## CAPÍTULO III
## DA OUTORGA DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA E AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 12.** A implantação das Infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações depende da expedição de Alvará de Construção.

**Art. 13.** A atuação e eventual autorização do órgão ambiental pertinente ou do órgão gestor somente será necessária quando se tratar de instalação em Área de Preservação Permanente ou Unidade de Conservação.

§ 1º O processo de licenciamento ambiental, quando for necessário, ocorrerá de maneira integrada ao procedimento de licenciamento urbanístico, cujas autorizações serão expedidas mediante procedimento simplificado.

§ 2º A licença ambiental de implantação da infraestrutura terá prazo indeterminado, atestando que a obra foi executada, conforme projeto aprovado.

**Art. 14.** O pedido de Alvará de Construção será apreciado pelo órgão municipal competente e abrangerá a análise dos requisitos básicos a serem atendidos nas fases de construção e instalação, observadas as normas da ABNT, e deverá ser instruída pelo projeto executivo de implantação da infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação e a planta de situação elaborada pela requerente.

Parágrafo único. Para solicitação de emissão do Alvará de Construção deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - requerimento;

II - projeto executivo de implantação da infraestrutura de suporte e respectivo(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica - ART;

III - autorização do proprietário ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel;

IV - contrato ou estatuto social da empresa responsável e comprovante de inscrição no Cadastro nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

V - procuração emitida pela empresa responsável pelo requerimento de expedição do Alvará de Construção, se o caso;

VI - comprovante de quitação de taxa única de análise e expedição de licenças no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais) a ser recolhido aos cofres públicos do Município.

**Art. 15.** O Alvará de Construção, autorizando a implantação das Infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações, será concedido quando verificada a conformidade das especificações constantes do projeto executivo de implantação com os termos desta Lei.

**Art. 16.** Após a instalação da infraestrutura de suporte, a detentora deverá requerer ao órgão municipal competente a expedição do Certificado de Conclusão de Obra.

Parágrafo único. O Certificado de Conclusão de Obra terá prazo indeterminado, atestando que a obra foi executada conforme projeto aprovado.

**Art. 17.** O prazo para análise dos pedidos e outorga do Alvará de Construção, bem como do Certificado de Conclusão de Obra, será de até trinta dias corridos, contados da data de apresentação dos requerimentos acompanhados dos documentos necessários.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no caput deste artigo, se o órgão licenciador municipal não houver finalizado o processo de licenciamento, a(s) empresa(s) interessada(s) estará(ão) habilitada(s) a construir, instalar e ceder sua infraestrutura de suporte, incluindo os equipamentos de telecomunicações, ressalvado o direito de fiscalização do cumprimento da conformidade das especificações constantes do seu Projeto executivo de implantação pelo município.

**Art. 18.** A eventual negativa na concessão da outorga do Alvará de Construção, da Autorização Ambiental ou do Certificado de Conclusão de Obra deverá ser fundamentada e dela caberá recurso administrativo.

**Art. 19.** Na hipótese de compartilhamento, fica dispensada a empresa compartilhante de requerer Alvará de Construção, da Autorização Ambiental e do Certificado de Conclusão de Obra, nos casos em que a implantação da detentora já esteja devidamente regularizada.

## CAPÍTULO IV
## DA FISCALIZAÇÃO

**Art. 20.** A fiscalização do atendimento aos limites referidos no art. 5º desta Lei para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3097/2021
Data: 25/10/2021 - Horário: 10:23
Legislativo - PLO 179/2021

Fls. 12
Visto

estações transmissoras de radiocomunicação, bem como a aplicação das eventuais sanções cabíveis, serão efetuadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, nos termos dos art. 11 e 12, inciso V, da Lei Federal nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

**Art. 21.** Constatado o desatendimento de quaisquer dos requisitos estabelecidos nesta Lei, o órgão outorgante deverá intimar a prestadora responsável para que no prazo de trinta dias proceda às alterações necessárias à adequação.

## CAPÍTULO V
## DAS PENALIDADES

**Art. 22.** Constituem infrações à presente Lei:

I - instalar e manter no território municipal infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação sem o respectivo Alvará de Construção, autorização ambiental (quando aplicável) e Certificado de Conclusão de Obra, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;

II - prestar informações falsas.

**Art. 23.** Às infrações tipificadas nos incisos do art. 22 aplicam-se as seguintes penalidades:

I - notificação de advertência, na primeira ocorrência;

II - multa, na segunda ocorrência, consoante legislação municipal.

**Art. 24.** As multas a que se refere esta Lei devem ser recolhidas no prazo de trinta dias, contados da sua imposição ou da decisão condenatória definitiva, sob pena de serem inscritas em dívida ativa municipal.

**Art. 25.** A empresa notificada ou autuada por infração à presente Lei poderá apresentar defesa, dirigida ao órgão responsável pela notificação ou autuação, com efeito suspensivo da sanção imposta, no prazo de trinta dias contados da notificação ou autuação.

**Art. 26.** Caberá recurso em última instância administrativa das autuações expedidas com base na presente Lei ao Prefeito do Município, também com efeito suspensivo da sanção imposta.

## CAPÍTULO VI
## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 27.** Todas as Estações Transmissora de Radiocomunicação que se encontrem em operação na data de publicação desta Lei ficam sujeitas à verificação do atendimento aos limites estabelecidos no art. 5º, através da apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, sendo que as licenças já emitidas continuam válidas.

§ 1º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Poder Executivo, para que as prestadoras apresentem a Licença para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações para as Estações Rádio Base referidas no caput deste artigo e requeiram a expedição de documento comprobatório de sua regularidade perante ao Município.

§ 2º O prazo para análise do pedido referido no parágrafo acima será de trinta dias contados da data de apresentação do requerimento acompanhado da Licença para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações para a Estação transmissora de radiocomunicação.

§ 3º Findo o prazo estabelecido no § 2°, se o órgão licenciador municipal não houver finalizado o processo de expedição de documento comprobatório de regularidade, a empresa requerente estará habilitada a continuar operando a Estação Transmissora de Radiocomunicação de acordo com as condições estabelecidas na licença para funcionamento da ANATEL, até que o documento seja expedido.

§ 4º Após as verificações ao disposto neste artigo, e com o cumprimento dos prazos estabelecidos e apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações, cabe ao Poder Público emitir Termo de Regularidade da Estação transmissora de radiocomunicação.

**Art. 28.** As infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações que estiverem implantadas até a data de publicação desta Lei, e que não estejam ainda devidamente licenciadas perante o Município nos termos desta Lei, ficam sujeitas à verificação do atendimento aos requisitos aqui estabelecidos.

§ 1º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, contado da publicação desta Lei, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Executivo, para que as detentoras apresentem os documentos relacionados no parágrafo único do art. 14 desta Lei e requeiram a expedição de documento comprobatório de sua regularidade perante o Município.

§ 2º Nos casos de não cumprimento dos parâmetros da presente Lei, será concedido o prazo de até dois anos para adequação das infraestruturas de suporte mencionadas no *caput*.

§ 3º Em casos de eventual impossibilidade de total adequação, esta será dispensada mediante apresentação de laudo ou documento equivalente que demonstre a necessidade de permanência da infraestrutura devido aos prejuízos causados pela falta de cobertura no local.

§ 4º Durante os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, não poderão ser aplicadas sanções administrativas às detentoras de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação mencionadas no caput motivadas pela falta de cumprimento da presente Lei.

§ 5º Após os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, no caso da não obtenção pela detentora do documento comprobatório da regularidade da Estação perante o Município ou

apresentação do laudo técnico ou documento similar que demonstre a necessidade da permanência da infraestrutura, será aplicada multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

**Art. 29.** Em casos eventuais de necessidade de remoção de uma Estação Transmissora de Radiocomunicação, a detentora terá o prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da comunicação da necessidade de remoção pelo Poder Público, para protocolar o pedido de autorização urbanística para a infraestrutura de suporte que irá substituir a Estação a ser remanejada.

§ 1º A remoção da Estação Transmissora de Radiocomunicação deverá ocorrer em no máximo cento e oitenta dias a partir da emissão das licenças de infraestrutura da Estação que irá a substituir.

§ 2º O prazo máximo para a remoção de Estação Transmissora de Radiocomunicação não poderá ser maior do que dois anos a partir do momento da notificação da necessidade de remoção pelo Poder Público.

§ 3º Nos dois primeiros anos de vigência dessa Lei, devido ao alto volume de Estações Transmissoras de Radiocomunicação que passarão por processo de regularização, todos os prazos mencionados no art. 29 serão contados em dobro.

**Art. 30.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 22 de outubro de 2021.

Claudemir Zanço
Vereador – PL

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3097/2021
Data: 25/10/2021 - Horário: 10:23
Legislativo - PLO 179/2021

Fls. 10
Visto

## JUSTIFICATIVA

A pandemia da Covid-19 trouxe uma série de novos desafios à sociedade, entre eles o grande aumento na demanda por serviços online. Saúde, Educação, comércio e trabalhos "tradicionais" migraram em um curto período para o ambiente virtual sem que houvesse uma melhoria significativa na infraestrutura de conectividade instalada na cidade. Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o aumento do uso da internet no Brasil durante a pandemia foi entre 40-50%.

Pato Branco não comporta o súbito aumento da demanda por serviços de telecomunicações ocorrido e certamente terá dificuldades adicionais com o advento da tecnologia 5G, que, segundo a Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações – ABRINTEL, necessita em média de 5 vezes mais antenas do que a tecnologia 4G.

O Projeto de Lei visa uniformizar a legislação local com o que vem sendo adotado a nível nacional, trazendo maior segurança jurídica aos agentes econômicos que atuam no mercado, e viabilizando a implementação da infraestrutura necessária para melhoria dos serviços de telecomunicações, bem como a adoção do 5G no município de Pato Branco.

Claudemir Zanco
Vereador – PL

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 11

**Projeto de Lei nº 179/2021**
**Autoria:** Claudemir Zanco (PL)

# PARECER JURÍDICO

O nobre vereador Claudemir Zanco (PL) propôs o projeto de lei em epígrafe numerado, que *dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.*

Nas justificativas aduz quanto à importância do projeto, na medida em que a demanda por serviços de telecomunicação vem aumentando sobremaneira, havendo a necessidade de um olhar mais apurado por parte do Poder Público.

Enfatiza que *o Projeto de Lei visa uniformizar a legislação local com o que vem sendo adotado a nível nacional, trazendo maior segurança jurídica aos agentes econômicos que atuam no mercado, e viabilizando a implementação da infraestrutura necessária para melhoria dos serviços de telecomunicações, bem como a adoção do 5G no município de Pato Branco.*

De antemão esclarecemos que a análise jurídica do projeto será reservada para um momento posterior, tendo em vista que necessitamos da manifestação prévia do Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia, a fim de analisar a operacionalidade técnico-financeira da proposta, principalmente quanto à sua efetividade.

Talvez legislar sobre tal assunto, nos moldes pretendidos pelo nobre Edil, estar-se-ia extrapolando a competência legal permitida ao legislador, adentrando numa seara muito específica inerente a uma Secretaria da estrutura administrativa municipal que refoge à sua análise, sem contar que poderá onerar consideravelmente os cofres públicos, tornando a matéria passível de veto.

Ademais, a matéria realmente é muito técnica e merece a manifestação prévia órgãos especializados, podendo tal proposição ser enviada a demais entidades que tenham capacidade para opinar tecnicamente a respeito do projeto, tal como a ANATEL, fazendo-se uma análise das Leis Federais nºs. 9.472/1997 e 13.116/2015, que tratam do assunto.

Tais manifestações mostra-se deveras necessárias para a análise, discussão e deliberação da matéria em Plenário, e, até mesmo, para emissão do parecer jurídico.

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 12

Os questionamentos deverão ser feitos pela Comissão de Justiça e Redação.

Com as informações advindas do Executivo, requer o **RETORNO** do projeto para o jurídico, para complementação da análise técnica de ordem jurídica, porquanto para o caso em comento torna-se condição indispensável a manifestação prévia do Executivo.

É o parecer.

Pato Branco, 17 de maio de 2022.

LUCIANO BELTRAME:00548149950
ACT-Safeweb17/05/2022 13:04:40 -03:00

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 1222/2022
Data: 19/05/2022 - Horário: 14:34
Legislativo - REQ 437/2022

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 13

Excelentíssimo Senhor
**Claudemir Zanco - PL**
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

**REQUERIMENTO Nº 437/2022**

**Requer ao Executivo Municipal parecer referente o Projeto de Lei nº 179/2021, de autoria do vereador Claudemir Zanco - PL, que "dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações".**

O vereador infra-assinado, **Eduardo Albani Dala Costa - MDB**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer ao **Executivo Municipal** que encaminhe a esta Casa de Leis, através do departamento competente, parecer técnico referente ao Projeto de Lei de nº 179/2021, projeto este de autoria do vereador Claudemir Zanco - PL, que dispõe sobre as normas para implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações, projeto que trâmita nesta Casa de Leis.

O parecer se faz necessário para trazer informações técnica e operacional, bem como financeira, afim de instruir o projeto de lei em comento.

Justifica-se o pedido, como membro da Comissão de Justiça e Redação e relator do Projeto este Vereador possa posteriormente exarar parecer.

**OBS**.: O **Projeto de Lei nº 179/2021** na íntegra pode ser acessado através do portal eletrônico: https://www.patobranco.pr.leg.br - No menu: Processo Legislativo - Ícone: Matérias Legislativas - Projeto de Lei.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 19 de maio de 2022.

EDUARDO ALBANI DALA COSTA
VEREADOR - MDB
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb19/05/2022 15:37:27 -03:00

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 14

PREFEITURA DE PATO BRANCO

GABINETE DO **PREFEITO**

**Câmara Municipal de Pato Branco**

**PROTOCOLO GERAL 1474/2022**
**Data: 13/06/2022 - Horário: 12:38**
**Legislativo - ORP 185/2022**

Ofício nº 229/AL

Pato Branco, 13 de junho de 2022.

Prezado Vereador,

Viemos através deste encaminhar resposta aos requerimentos 437/2022, encaminhado ao Executivo Municipal através do ofício 2082022-DL.

Ademais, aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

**Francieli Catusso Tamagno**
**Assessora de Assuntos Legislativos**

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 15

Para: Câmara dos Vereadores

Data: 10 de Junho de 2022

Ref: Resposta ao Requerimento nº 437/2022

---

O Projeto de Lei (PL) nº 179/2021, de autoria do vereador Claudemir Zanco, dispõe de normas para implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e telecomunicações. As normas apresentadas neste PL apresentam novas definições e apresentam disposições contrárias à Lei vigente nº 46 que regulamenta o uso, ocupação e parcelamento do solo no município na Subseção II da Seção III. Em um contexto nacional, a legislação municipal encontra-se desatualizada, visto a legislação federal nº 13.116, de 20 de Abril de 2015 e o Decreto nº 10.480, de 1º de Setembro de 2020 e, portanto, é necessária a atualização da legislação municipal.

O PL apresenta que as Estações Transmissoras de Radiocomunicação (ETR) podem ser implantadas, compartilhadas e utilizadas em todas as zonas ou categorias de uso, sendo definidas regras para bens públicos e privados. Esta definição é fundamental ao se tratar de redes móveis mais atuais, principalmente, a rede móvel de quinta geração (5G), em que se faz necessária a utilização de um grande volume de antenas e o espalhamento das antenas em todas as regiões do município, pois, apesar dos benefícios gerados pelo 5G, o raio de alcance é menor. Tem-se também a divisão para o licenciamento municipal de acordo com a categoria da ETR. Portanto, para ETRs móveis, de pequeno porte e em áreas internas, assim como para substituição de infraestrutura de suporte de ETR já licenciada e para compartilhamento de infraestrutura de suporte de ETR já licenciada, não necessitam de licenciamento. Esta definição agiliza o processo para aumento de cobertura de rede móvel de modo a garantir a conectividade dos cidadãos e de dispositivos. Visto que haverá um grande número de antenas, o PL descreve duas situações: o compartilhamento de infraestrutura e a proteção à paisagem urbana. De modo a tornar mais eficiente o uso de suporte de telecomunicações, o PL observa as disposições das regulamentações federais, descrito que o compartilhamento deve ser planejado a fim de permitir o maior número possível de prestadoras. É previsto que o aumento do número de antenas pode prejudicar a figura do município no quesito paisagístico portanto, o PL descreve que deve-se reduzir o impacto paisagístico, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável. É

definido também, o processo de pedido de Alvará de Construção, do Certificado de Conclusão de Obra e autorização ambiental, sendo que na hipótese de compartilhamento, fica dispensada a empresa compartilhante de requerer Alvará de Construção, da Autorização Ambiental e do Certificado de Conclusão de Obra, nos casos em que a implantação da detentora já esteja devidamente regularizada. Em seguida, define-se a fiscalização, efetuada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), aos limites de exposição humana aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, em que seguem as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). A fiscalização do atendimento dos requisitos do PL é definido para que o outorgante intime a prestadora responsável em caso de desatendimento e por fim, são definidas as penalidades dadas para as infrações ao presente PL.

Assim, dada a leitura do documento, é visto que o PL deve apresentar que a lei vigente nº 46 de 2011 será alterada quanto à Subseção II da Seção III referente ao Mobiliário Urbano. Assim, seguem os artigos da Lei vigente e a razão de sua alteração descrita no PL, em que para fins de esclarecimento, o termo ERB é a sigla utilizada para Estação Radio Base, que define uma estação fixa que faz a conexão com os dispositivos móveis.

**Lei vigente:**

"Art. 18º - III - a implantação de novas redes de telefonia ou transmissão de dados; ERB'S, redes digitais ou de quaisquer outras do gênero, mesmo que utilizando os postes e a infra-estrutura existentes, somente poderão ser executadas mediante a expedição do competente Alvará, pelo Poder Executivo Municipal."

**Projeto de Lei:**

"Art. 4º - Não estará sujeita ao licenciamento municipal estabelecido nesta Lei, bastando aos interessados comunicar previamente à implantação e funcionamento ao órgão municipal encarregado de licenciamento urbanístico:

-de ETR Móvel;

-de ETR de Pequeno Porte;

-de ETR em Área Internas;

-a substituição da infraestrutura de suporte para ETR já licenciada; e

Fls. 17

-O compartilhamento de infraestrutura de suporte e ETR já licenciada."

E também

**Lei vigente:**

" Art. 19º - As torres para antenas de comunicação, transmissão de dados ou energia, somente poderão ser instaladas no perímetro urbano, após prévio Estudo de Impacto de Vizinhança.

§ 1º Não será permitida a instalação de torres para antenas de comunicação, ERB'S, transmissão de dados ou energia, nas Zonas ZR1-ZR2, ZR3, ZR4 e ZR5.

§ 2º Quando as torres forem instaladas na área rural deverão estar afastadas, no mínimo 300 (trezentos) metros, da linha do perímetro urbano."

**Projeto de Lei:**

"Art. 3º As Estações Transmissoras de Radiocomunicação e as respectivas Infraestruturas de Suporte ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano e são considerados bens de utilidade pública e relevante interesse social, conforme disposto na legislação e regulamentação federal aplicáveis, podendo ser implantadas, compartilhadas e utilizadas em todas as zonas ou categorias de uso, desde que atendam exclusivamente ao disposto nesta Lei.

§ 1º Em bens privados, é permitida a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infraestrutura de suporte com a devida autorização do proprietário do imóvel ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel, mesmo que situado em Área Precária.

§ 2º Nos bens públicos municipais de todos os tipos, é permitida a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação mediante Termo de Permissão de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso, que será outorgada pelo Município, a título não oneroso.

§ 3º Em razão da utilidade pública e relevante interesse social para a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, o Município pode ceder o uso do bem público de uso comum na forma prevista no parágrafo 2º para qualquer particular interessado em realizar a instalação de

Infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio. Nesses casos, o processo licitatório será inexigível, nos termos da legislação aplicável.

§ 4º A cessão de bem público de uso comum não se dará de forma exclusiva, ressalvados os casos em que sua utilização por outros interessados seja inviável ou puder comprometer a instalação de infraestrutura."

Ao avaliar o § 3º do Art. 3º, citado acima, sugerimos a seguinte alteração:

*"...para qualquer particular interessado em realizar a instalação de Infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio. Nesses casos, o processo licitatório será inexigível, nos termos da legislação aplicável."*

Para:

*"...para interessados em realizar a instalação de Infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio. Nesses casos, o processo licitatório será inexigível, porém será necessária a prévia autorização mediante contratualização com a municipalidade para que se proceda a referida instalação."*

O serviço de Telecomunicações no cenário atual é imprescindível, sendo observado que a qualidade de conectividade, seja para ensino ou para trabalho à distância, é essencial. Atualmente, o município avalia planos para melhoria da qualidade do sinal 4G, assim como estudos e avaliações para a chegada da rede 5G, sendo de grande importância a atualização da legislação. O PL permitirá que futuramente tenham se tecnologias com maior capacidade, maior confiabilidade, maior velocidade e menor latência, impulsionando novos serviços e produtos. Assim, reconhecemos que o PL apresenta normas efetivas para que o município esteja apto para novas tecnologias, sendo sugerida uma modificação no § 3º do Art. 3º como apresentado anteriormente.

Ficamos à disposição para quaisquer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Lígia May Taniguchi

Chefe de Infraestrutura Tecnológica

Kátia Eloisa Bertol

Diretora do Parque Tecnológico

Fls 20

**Ao Departamento Legislativo**

**Câmara Municipal de Pato Branco - Paraná**

## SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO

O Vereador infra-assinado **Eduardo Albani Dala Costa,** relator pela Comissão de justiça e Redação ao **Projeto de Lei nº 179/2021**, solicita novo parecer jurídico, desta feita com a juntada do oficio nº 229/2022/AL, da Assessoria de Assuntos Legislativos da Prefeitura Municipal de Pato Branco, que se manifestou acerca do projeto em analise.

O retorno se faz a pedido da Procuradoria Jurídica, afim de exarar parecer conclusivo ao projeto em tela.

Pato Branco, 14 de junho de 2022

EDUARDO ALBANI DALA COSTA
VEREADOR - MDB
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb14/06/2022 14:38:53 -03:00

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 21
8

**Projeto de Lei nº 179/2021**
**Autoria:** Claudemir Zanco (PL)

# PARECER JURÍDICO

O nobre vereador Claudemir Zanco (PL) propôs o projeto de lei em epígrafe numerado, que *dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.*

Como primeiro ato, sugerimos que a Secretaria Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia fosse provocada para manifestação, porquanto, como já dito, a proposição traz normas estritamente técnicas que, inclusive, refoge do alcance material e/ou procedimental desta Procuradoria.

Sobrevindo respostas, tem-se que o Executivo Municipal, por meio da Chefe de Infraestrutura Tecnológica e da Diretora do Parque Tecnológico do Município, opinou favoravelmente à proposição, com apensas duas ressalvas, quais sejam, alterações pontuais dos art. 18 e 19, da Lei Complementar nº 46/2011, bem como modificação no §3º, do art. 3º, do Projeto de Lei.

Em vista das ponderações feitas, especificamente à sugestão de alteração do §3º, do art. 3º, a própria Comissão de Justiça e Redação poderá atender. Já em relação às alterações pontuais na lei de uso e ocupação do solo, tem-se que deverão ser promovidas por meio de Projeto de Lei Complementar, a ser proposto na forma da legislação vigente.

Neste particular, salvo melhor juízo, tais alterações pontuais poderão ser propostas de forma paralela à tramitação do projeto de lei sob análise, porquanto, em tese, não há necessidade de alteração legislativa prévia para a discussão e deliberação da presente proposição.

Como dito anteriormente, as normas insertas no projeto de lei em testilha são deveras técnicas, de sorte que, sobremaneira, deverão ser considerados os argumentos expendidos pela Secretaria Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia que, através da Chefia de Infraestrutura Tecnológica e da Diretoria do Parque Tecnológico, assim concluíram:

> O serviço de Telecomunicações no cenário atual é imprescindível, sendo observado que a qualidade de conectividade, seja para ensino ou para trabalho à distância, é essencial. Atualmente, o município

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 22

> avalia planos para melhoria da qualidade do sinal 4G, assim como estudos e avaliações para a chegada da rede 5G, sendo de grande importância a atualização da legislação. O PL permitirá que futuramente tenham se tecnologias com maior capacidade, maior confiabilidade, maior velocidade e menor latência, impulsionando novos serviços e produtos. **Assim, reconhecemos que o PL apresenta normas efetivas para que o município esteja apto para novas tecnologias, sendo sugerida uma modificação no § 3º do Art. 3º como apresentado anteriormente**.

De mais a mais, a criação de políticas específicas voltadas à tecnologia e à inovação, sem dúvida dará uma importância fundamental para a área, que, inclusive, projeta o município não só estadual, mas nacionalmente.

O que pretende o proponente, grosso modo, é alinhar a legislação municipal à federal, no que diz respeito especificamente à implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

Neste compasso, o projeto atende também o disposto no art. 174, da Lei Orgânica do Município, na medida em que busca, mesmo que indiretamente, a tecnologia na produção e promoção do desenvolvimento econômico.

Outrossim, propor a matéria pode ser encarado como sendo tipicamente de interesse local, dentro da abrangência municipal, conforme permissivo constitucional estampado no art. 30, I, da Constituição Federal[1].

Nesta linha, ensina Alexandre de Moraes que "*Apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)*"[2].

E ainda, o mesmo jurista leciona que "*As competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, consubstanciando-se em: competência genérica em virtude da predominância do interesse local (CF, art. 30, I)*".

---

[1]Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

[2]2 MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional.** 8ª Ed. São Paulo, Atlas, 2001. P. 685.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 23
98

Nesta seara, a proposição atende – mesmo que indiretamente – às competências administrativas comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dentre as quais a disposta no inciso V, do art. 23, da Constituição Federal, que tem a seguinte redação:

> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
> V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

Pelo *status* adquirido pelo município nos últimos anos, o projeto só vem contribuir para a consolidação do município como capital tecnológica.

Sem delongas, feitas as considerações acima, é o parecer favorável à normal tramitação da matéria.

Pato Branco, 5 de junho de 2022.

**LUCIANO BELTRAME**
***Procurador Legislativo***

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 24

**GABINETE VEREADOR ROMULO FAGGION - UNIÃO BRASIL**

Despacho

Encaminho ao DL Relatório Final dos Projetos de Lei Devolvidos pela Comissão de Justiça e Redação por razão do encerramento do Ano Legislativo de 2022.

1. **PL nº 181/2022**: Foi sugerida a instauração de uma Audiência Pública para maiores debates e questionamentos a respeito da viabilidade do projeto, antes que ele vá para votação. De Relatoria do vereador Romulo Faggion;

2. **PL nº 178/2022**: Foi solicitado parecer jurídico e até o momento não houve retorno. De Relatoria do vereador Marcos Marini;

3. **PL nº 100/2022** : Foi solicitado parecer jurídico e até o momento não houve retorno. De Relatoria do vereador Marcos Marini;

4. **PL nº 160/2022** : Foi solicitado parecer jurídico e até o momento não houve retorno. De Relatoria do vereador Marcos Marini;

5. **PL nº 217/2021** : Foi solicitado parecer jurídico e até o momento não houve retorno. De Relatoria do vereador Marcos Marini;

6. **PL nº 194/2022 :** Foi feito Requerimento ( nº 951) solicitando manifestação técnica do Executivo. Houve devolutiva na data de 13/12/2022. Relator justificou que não houve tempo hábil para estudar e exarar parecer. Relatoria do vereador Marcos Marini;

7. **PL nº 192/2022:** Projeto de Lei foi distribuído na data de 29/11/2022, e não houve tempo hábil para o relator fazer seu parecer. Relatoria do vereador Eduardo Dala Costa.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 25

**8. PL nº 193/2022:** Parecer foi concluído na data de 01/12/2022. Em seguida, ficou disponível para assinatura. O Parecer foi assinado pela vereadora Maria Cristina Hamera ( relatora), e os membros Romulo Faggion, Marcos Marini e Eduardo Dala Costa. A pedido do vereador proponente e membro da comissão, Lindomar Brandão, o projeto poderá ser revisto no próximo ano. Relatoria da vereadora Maria Cristina Hamera.

**9. PL n° 197/2022:** Projeto de Lei foi distribuído na data de 05/12/2022, e não houve tempo hábil para o relator fazer seu parecer. Relatoria do vereador Lindomar Brandão.

**10. PL nº 179/2021:** Relatoria do vereador Eduardo Dala Costa.

ROMULO FAGGION
VEREADOR - UNIÃO BRASIL
*ACT-Safeweb 16/12/2022 13:38:45*

Pato Branco, 15 de dezembro de 2022.

Câmara Municipal de Pato Branco Fls 26

# PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**TIPO DE MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 179/2021.**
**EMENTA: Dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.**
**AUTOR: Claudemir Zanco - PL**
**DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 09/02/2023**
**RELATOR: Romulo Faggion - União Brasil.**

## I - RELATÓRIO E ANÁLISE

O proponente sugere um projeto de lei em epígrafe numerado, que tem por finalidade dispor sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações, no município de Pato Branco.

Ressalta que a pandemia da Covid - 19 trouxe uma série de novos desafios à sociedade, entre eles o grande aumento na demanda por serviços online. Serviços como Saúde, Educação, Comércio e trabalhos " tradicionais" migraram muito rapidamente para ambiente virtual, sem que houvesse, na mesma medida, uma melhoria significativa na infraestrutura de conectividade para atender todos estes serviços.

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, o aumento do uso da Internet no Brasil durante a pandemia foi entre 40-50%.

O vereador entende que o município de Pato Branco não comporta o súbito aumento da demanda por serviços de telecomunicações ocorrido, e acredita que a cidade certamente terá dificuldades adicionais com o advento da tecnologia 5G, que, segundo a Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações - ABRINTEL, necessita em média de 5 vezes mais antenas do que a tecnologia 4G.

O Projeto de Lei apresentado visa uniformizar a Lei Municipal vigente nº 46/2011 com o que vem sendo adotado a nível nacional, com o objetivo de trazer maior segurança jurídica aos agentes económicos que atuam no mercado, e viabilizando a implementação da infraestrutura necessária para melhoria dos serviços de telecomunicações, bem como a adoção do 5G no município de Pato Branco.

Câmara Municipal de Pato Branco
Fls. 27

Reconhece-se a urgência do presente Projeto de Lei, pois a legislação municipal atual encontra-se bastante defasada, o que urge a necessidade de uma legislação mais moderna, que se aproxima do que há de mais inovador e atual na área de tecnologia e telecomunicações no âmbito federal.

Ressalta-se que houve provocação por parte do Jurídico da Câmara Municipal para manifestação da Secretaria Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia e da Diretora do Parque Tecnológico do Município. O Executivo Municipal opinou favoravelmente à proposição, com apenas duas ressalvas, quais sejam, alterações pontuais dos art. 18 e 19, da Lei Complementar nº 46/2011, bem como modificação no § 3º, do artigo 3º, do Projeto de Lei, assim concluindo:

> O serviço de Telecomunicações no cenário atual é imprescindível, sendo observado que a qualidade de conectividade, seja para ensino ou para trabalho à distância, é essencial. Atualmente, o município avalia planos para melhoria da qualidade do sinal 4G, assim como estudos e avaliações para a chegada da rede 5G ,sendo de grande importância a atualização da legislação. O PL permitirá que futuramente tenham - se tecnologias com maior capacidade, maior confiabilidade, maior velocidade e menor latência, impulsionando novos serviços e produtos. Assim, reconhecemos que o PL apresenta normas efetivas para que o município esteja apto para novas tecnologias ,sendo sugerida uma modificação no § 3º do Art. 3º como apresentado anteriormente.

O Executivo Municipal sugere a seguinte alteração na redação do presente PL do proponente no seu § 3º, do artigo 3º:

"...para qualquer particular interessado em realizar a instalação de Infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio. Nesses casos, o processo licitatório será inexigível, nos termos da legislação aplicável."

Para:

"...para interessados em realizar a instalação de Infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio. Nesses casos, o processo licitatório será inexigível, porém será necessária a prévia autorização mediante contratualização com a municipalidade para que se proceda a referida instalação".

Câmara Municipal de Pato Branco
Fls. 28

Por fim, houve concordância pelos membros da Comissão em alterar a redação do § 3º, do artigo 3º do presente Projeto de Lei, conforme sugestão do Executivo Municipal.

**II - TÉCNICA LEGISLATIVA**

A matéria em tela está de acordo com os moldes e técnicas legislativas, conforme prevê a Lei Complementar nº 95/1998, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, o Projeto em tela está de acordo com a referida norma.

**III - VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, a proposição está em conformidade com a legislação, sendo o voto deste relator FAVORÁVEL a regular tramitação e aprovação deste Projeto de Lei.

Pato Branco, 01 de março de 2023.

ROMULO FAGGION
VEREADOR - UNIÃO BRASIL
*ACT-Safeweb 01/03/2023 17:41:39*

Câmara Municipal de Pato Branco
Fls. 29

**IV - CONCLUSÃO**

Os membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme dispõe o inciso I do art. 51 do Regimento Interno, em reunião realizada no dia 01 de março de 2023, exaram **parecer FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 179/2021.

Sala das Comissões, 01 de março de 2023.

CLAUDEMIR ZANCO
Vereador-Partido Liberal
*ACT-Safeweb 01/03/2023 17:36:47*

RAFAEL CELESTRIN
VEREADOR - PSD
*ACT-Safeweb 01/03/2023 17:41:05*

LINDOMAR RODRIGO BRANDÃO
Vereador PP
*ACT-Safeweb 01/03/2023 17:38:40*

gov.br
Documento assinado digitalmente
RODRIGO JOSE CORREIA
Data: 01/03/2023 17:51:11-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Fls. 30

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

## PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**TIPO DE MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 179/2021.**

**EMENTA:** Dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

**AUTOR:** Vereador Claudemir Zanco – PL.

**DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA:** 25 de outubro de 2021.

**RELATOR:** Januário Koslinski - PSDB.

### I - RELATÓRIO E ANÁLISE

O Projeto de Lei em analise visa uniformizar a legislação local com o que vem sendo adotado a nível nacional, trazendo maior segurança jurídica aos agentes econômicos que atuam no mercado, e viabilizando a implementação da infraestrutura necessária para melhoria dos serviços de telecomunicações, bem como a adoção do 5G no município de Pato Branco.

A pandemia da Covid-19 trouxe uma série de novos desafios à sociedade, entre eles o grande aumento na demanda por serviços online.

Saúde, Educação, comércio e trabalhos "tradicionais" migraram em um curto período para o ambiente virtual sem que houvesse uma melhoria significativa na infraestrutura de conectividade instalada na cidade.

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, o aumento do uso da internet no Brasil durante a pandemia foi entre 40-50%.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 31

Pato Branco não comporta o súbito aumento da demanda por serviços de telecomunicações ocorrido e certamente terá dificuldades adicionais com o advento da tecnologia 5G, que, segundo a Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações - ABRINTEL, necessita em média de 5 vezes mais antenas do que a tecnologia 4G.

**II - VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o projeto de lei visa uniformizar a legislação local com o que vem sendo adotado a nível nacional, trazendo maior segurança jurídica aos agentes econômicos que atuam no mercado, e viabilizando a implementação da infraestrutura necessária para melhoria dos serviços de telecomunicações, bem como a adoção do 5G no município de Pato Branco, motivo pelo qual, opto por exarar parecer favorável.

Pato Branco, 17 de março de 2023.

JANUARIO KOSLINSKI
VEREADOR - PSDB
*ACT-Safeweb 17/03/2023*
*13:16:16*

**III - CONCLUSÃO**

Os membros da Comissão de Políticas Públicas, conforme dispõe o inciso I do art. 51 do Regimento Interno, em reunião realizada no dia 17 de março de 2023, acompanham o voto do relator ao Projeto de Lei nº 179/2021.

Sala das Comissões, 17 de março de 2023.

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA RODRIGUES HAMERA
VEREADORA - PV
*ACT-Safeweb 17/03/2023*
*13:17:45*

CLAUDEMIR ZANCO
VEREADOR - PL
*ACT-Safeweb 17/03/2023*
*13:48:28*

Fls. 32



Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 1130/2023
Data: 10/04/2023 - Horário: 17:22
Legislativo - REQ 589/2023

Excelentíssima Senhora
**Thania Maria Caminski Gehlen**
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco - Paraná

**REQUERIMENTO Nº 589/2023**

**Requer ao Executivo Municipal, que agende uma reunião com o Secretário de Ciência, Tecnologia e Informação, o Sr. Marcos Colla, ou na sua ausência quem possa representá-lo, a fim de deliberarmos sobre o Projeto de Lei nº 179/2021.**

O Vereador infra-assinado, **Joecir Bernardi - PSD** no uso de suas atribuições legais e regimentais, e na condição de relator, requer ao **Executivo Municipal**, para que agende uma reunião com o Secretário de Ciência, Tecnologia e Informação, o Sr. Marcos Colla, ou na sua ausência quem possa representá-lo, a fim de deliberarmos sobre o **Projeto de Lei nº 179/2021** que (Dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.).

Justifica-se o pedido tendo em vista a complexidade e importância do referido projeto de lei, sendo necessário o agendamento de uma reunião a fim de dirimir eventuais dúvidas pertinentes ao projeto.

OBS.: O Projeto de Lei nº **179/2021** na íntegra pode ser acessado através do portal eletrônico: https://www.patobranco.pr.leg.br - No menu: Processo Legislativo - Ícone: Matérias Legislativas - Projeto de Lei.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 10 de abril de 2023.

JOECIR BERNARDI
VEREADOR - PSD
*ACT-Safeweb 11/04/2023*
*13:44:48*

Fls 33

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 1480/2023
Data: 02/05/2023 - Horário: 17:16
Legislativo - ORP 124/2023

Ofício nº 128/AL

Pato Branco, 02 de maio de 2023.

Prezada Presidente Thania Maria Caminski Gehlen,

Vimos através deste encaminhar ofício 15/2023 da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, em resposta ao requerimento 589/2023, enviado ao Executivo Municipal através do ofício 170/2023-DL.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar votos de estima.

Atenciosamente,

**Francieli Catusso Tamagno**
**Assessora de Assuntos Legislativos**



129/21

Fls. 34

PREFEITURA DE
**PATO BRANCO**
SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**OFÍCIO Nº 15/2023**

Pato Branco, 02 de maio de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
Thania Maria Caminski Gehlen
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco
Rua Ararigbóia, 491
85501-262 – Pato Branco - PR

**Assunto: Resposta ao Requerimento nº 589/2023.**

**Senhora Presidente,**

O referido requerimento solicita ao Executivo Municipal o agendamento de uma reunião com o Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação sobre o Projeto de Lei nº 179/2021, que dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

O projeto de lei visa atualizar a lei de uso e ocupação do solo, tratando, especificamente, das telecomunicações. Reconhecemos a importância do projeto de lei e, portanto, sugerimos três datas para a reunião:

- Segunda-feira (08/05) às 10h30;

- Terça-feira (09/05) às 09h;

- Quinta-feira (11/05) às 09h.

Ficamos no aguardo da confirmação de uma das datas sugeridas ou de uma nova data e horário.

Sendo o que tínhamos a tratar, e certos da vossa atenção, agradecemos desde já e colocamos a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação à disposição.

Rua Caramuru, 271 - CEP: 85.501-064 - Pato Branco - Paraná
Fone/Fax (46) 3220 1567 / www.patobranco.pr.gov.br

Assinado por 2 pessoas: LÍGIA MAY TANIGUCHI e MARCOS COLLA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/DAD6-2BD4-0841-7C01 e informe o código DAD6-2BD4-0841-7C01

Câmara Fls 35

PREFEITURA DE
**PATO BRANCO**
SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Atenciosamente,

Marcos Colla
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

Rua Caramuru, 271 - CEP: 85.501-064 - Pato Branco - Paraná
Fone/Fax (46) 3220 1567 / www.patobranco.pr.gov.br

Assinado por 2 pessoas: LÍGIA MAY TANIGUCHI e MARCOS COLLA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/DAD6-2BD4-0841-7C01 e informe o código DAD6-2BD4-0841-7C01

Fls. 36

# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: DAD6-2BD4-0841-7C01

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- LÍGIA MAY TANIGUCHI (CPF 091.XXX.XXX-80) em 02/05/2023 16:35:39 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- MARCOS COLLA (CPF 754.XXX.XXX-53) em 02/05/2023 16:38:48 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/DAD6-2BD4-0841-7C01

Fls. 37



# PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**TIPO DE MATÉRIA: Projeto de Lei nº 179/2021.**
**EMENTA**: Dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.
**AUTOR:** Executivo Municipal.
**RELATOR:** Vereador Joecir Bernardi.

## I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em questão, de autoria do Vereador Claudemir Zanco, visa uniformizar a legislação local com o que vem sendo adotado a nível nacional, trazendo maior segurança jurídica aos agentes econômicos que atuam no mercado, e viabilizando a implementação da infraestrutura necessária para melhoria dos serviços de telecomunicações, bem como a adoção do 5G no município de Pato Branco.

## II – ANÁLISE

Após o protocolo do Projeto na Câmara, iniciaram as análises pelos membros da Comissão de Orçamento e Finanças, seguindo o previsto no Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município.

O Projeto de Lei em questão, de autoria do Vereador Claudemir Zanco, visa uniformizar a legislação local com o que vem sendo adotado a nível nacional, trazendo maior segurança jurídica aos agentes econômicos que atuam no mercado, e viabilizando a implementação da infraestrutura necessária para melhoria dos serviços de telecomunicações, bem como a adoção do 5G no município de Pato Branco.

Fls. 38



A pandemia da Covid-19 trouxe uma série de novos desafios à sociedade, entre eles o grande aumento na demanda por serviços online. Saúde, Educação, comércio e trabalhos "tradicionais" migraram em um curto período para o ambiente virtual sem que houvesse uma melhoria significativa na infraestrutura de conectividade instalada na cidade.

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações -ANATEL, o aumento do uso da internet no Brasil durante a pandemia foi entre 40-50%. Em sua justificativa, aduz o proponente que Pato Branco não comportariao súbito aumento da demanda por serviços de telecomunicações ocorrido e certamente terá dificuldades adicionais com o advento da tecnologia 5G, que, segundo a Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações - ABRINTEL, necessita em média de 5 vezes mais antenas do que a tecnologia 4G.

Diante disto o presente projeto de lei visa visa uniformizar a legislação local segundo as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações -ANATEL.

Isto posto, entende-se que o Projeto de Lei em tela, encontra-se apto para à normal tramitação regimental da matéria.

**III – VOTO DO RELATOR**

Após análise do **Projeto de Lei nº 179/2021**, compreendo que o mesmo encontra-se apto a seguir seu trâmite normal, por isso o **VOTO** desta relatoria é **FAVORÁVEL** à tramitação por esta Casa de Leis.

Pato Branco, 28 de abril de 2023.

JOECIR BERNARDI
VEREADOR - PSD
*ACT-Safeweb 28/04/2023 17:53:30*

Fls. 39

**IV - CONCLUSÃO**

Os membros da Comissão de Orçamento e Finanças, conforme dispõe o inciso I do art. 51 do Regimento Interno, em reunião ordinária realizada no dia 26 de abril de 2023, analisaram a matéria na sua íntegra, acompanham o **VOTO DO RELATOR** ao **Projeto de Lei nº 179/2021.**

Sala das Comissões, 28 de abril de 2023.

EDUARDO ALBANI DALA COSTA
VEREADOR - MDB
*ACT-Safeweb 02/05/2023 12:57:35*

DIRCEU LUIZ BOARETTO
Vereador - Podemos
*ACT-Safeweb 02/05/2023 12:59:08*

JANUARIO KOSLINSKI
VEREADOR - PSDB
*ACT-Safeweb 02/05/2023 16:04:44*

ROMULO FAGGION
VEREADOR - UNIAO BRASIL
*ACT-Safeweb 02/05/2023 15:45:05*

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 110

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**EXAME DE ADMISSIBILIDADE**

**TIPO DE MATÉRIA:** Emenda ao Projeto de Lei n.º 179/2021

**EMENTA:** Emenda modificativa (n.º1/2023)

**AUTORIA:** Comissão de Orçamento e Finanças

**DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA:** 11 de maio de 2022

## I - ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE

Emenda modificativa n.º1/2023:

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 1:**

Modifica a redação do § 3º do art. 3º do Projeto de Lei nº 179/2021, que passa a vigorar com o seguinte teor:

> "Art. 3º .....
>
> .....
>
> § 3º Em razão da utilidade pública e relevante interesse social para a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, o Município pode ceder o uso do bem público de uso comum na forma prevista no § 2º para interessados em realizar a instalação de infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio, nesses casos, o processo licitatório será inexigível, porém será necessária a prévia autorização mediante contratualização com a municipalidade para que se proceda a referida instalação.
>
> ....."

A Emenda apresentada modifica o texto do Art.3º substituindo os pronomes, qualquer particular, para interessados.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 41

## II - TÉCNICA LEGISLATIVA

No que se refere a técnica legislativa, conforme prevê a Lei Complementar n.º95/1998, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, a emenda em análise encontra-se em conformidade com a referida norma.

## III - DA CONCLUSÃO DE ADMISSIBILIDADE

Em face do exposto, em reunião realizada no dia 10 de maio de 2023, a emenda ao Projeto de Lei n.º 179/2021 foi analisada pela Comissão de Justiça e Redação, a qual por unanimidade conclui pela sua admissibilidade, conforme o art. 138 do Regimento Interno.

Pato Branco, 10 de maio de 2023.

ROMULO FAGGION
VEREADOR - UNIAO BRASIL -
*ACT-Safeweb 11/05/2023*
*15:12:40*

CLAUDEMIR ZANCO
VEREADOR - PL
*ACT-Safeweb 11/05/2023*
*15:02:26*

ASSINADO POR
LINDOMAR RODRIGO BRANDAO
05240516901
*ACT-Safeweb 11/05/2023 16:32:17*

RAFAEL CELESTRIN
VEREADOR - PSD
*ACT-Safeweb 11/05/2023*
*16:41:38*

RODRIGO JOSÉ CORREIA
VEREADOR - PODEMOS
*ACT-Safeweb 11/05/2023*
*15:19:14*

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 42

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Excelentíssima Senhora
**Thania Maria Caminski Gehlen**
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Os vereadores **Romulo Faggion - União Brasil, Claudemir Zanco - PL, Lindomar Rodrigo Brandão - PP, Rafael Celestrin - PSD e Rodrigo José Correia - Podemos, Eduardo Albani Dala Costa - MDB**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais apresentam EMENDA MODIFICATIVA ao Projeto de Lei Ordinária nº 179/2021, de autoria do Vereador Claudemir Zanco - PL, o qual dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações, conforme segue:

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 1:**

Modifica a redação do § 3º do art. 3º do Projeto de Lei nº 179/2021, que passa a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 3º .....

.....

§ 3º Em razão da utilidade pública e relevante interesse social para a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, o Município pode ceder o uso do bem público de uso comum na forma prevista no § 2º para interessados em realizar a instalação de infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio, nesses casos, o processo licitatório será inexigível, porém será necessária a prévia autorização mediante contratualização com a municipalidade para que se proceda a referida instalação.

....."

Pato Branco, 9 de maio de 2023.

ROMULO FAGGION
VEREADOR - UNIAO BRASIL
*ACT-Safeweb 09/05/2023 14:33:29*

EDUARDO ALBANI DALA COSTA
VEREADOR - MDB
*ACT-Safeweb 09/05/2023 14:34:36*

CLAUDEMIR ZANCO
VEREADOR - PL
*ACT-Safeweb 09/05/2023 15:32:43*

RODRIGO JOSÉ CORREIA
VEREADOR - PODEMOS
*ACT-Safeweb 09/05/2023 15:37:11*

ASSINADO POR
LINDOMAR RODRIGO BRANDAO
05240516901
*ACT-Safeweb 09/05/2023 14:49:22*

RAFAEL CELESTRIN
VEREADOR - PSD
*ACT-Safeweb 09/05/2023 15:22:38*

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná
(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1523
http://www.patobranco.pr.leg.br / vereadorromulo@patobranco.pr.leg.br

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 42

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Excelentíssima Senhora
**Thania Maria Caminski Gehlen**
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Os vereadores **Romulo Faggion - União Brasil, Claudemir Zanco - PL, Lindomar Rodrigo Brandão - PP, Rafael Celestrin - PSD e Rodrigo José Correia - Podemos, Eduardo Albani Dala Costa - MDB,** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais apresentam EMENDA MODIFICATIVA ao Projeto de Lei Ordinária nº 179/2021, de autoria do Vereador Claudemir Zanco - PL, o qual dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações, conforme segue:

APROVADO
Data 15/5/2023
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL PATO BRANCO

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 1:**

Modifica a redação do § 3º do art. 3º do Projeto de Lei nº 179/2021, que passa a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 3º .....

.....

§ 3º Em razão da utilidade pública e relevante interesse social para a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, o Município pode ceder o uso do bem público de uso comum na forma prevista no § 2º para interessados em realizar a instalação de infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio, nesses casos, o processo licitatório será inexigível, porém será necessária a prévia autorização mediante contratualização com a municipalidade para que se proceda a referida instalação.

.....".

Pato Branco, 9 de maio de 2023.

ROMULO FAGGION
VEREADOR - UNIAO BRASIL
*ACT-Safeweb 09/05/2023 14:33:29*

EDUARDO ALBANI DALA COSTA
VEREADOR - MDB
*ACT-Safeweb 09/05/2023 14:34:36*

CLAUDEMIR ZANCO
VEREADOR - PL
*ACT-Safeweb 09/05/2023 15:32:43*

RODRIGO JOSÉ CORREIA
VEREADOR - PODEMOS
*ACT-Safeweb 09/05/2023 15:37:11*

LINDOMAR RODRIGO BRANDAO
05240516901
*ACT-Safeweb 09/05/2023 14:49:22*

RAFAEL CELESTRIN
VEREADOR - PSD
*ACT-Safeweb 09/05/2023 15:22:38*

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 43

**Ofício nº 223/2023-DL**

**Pato Branco, 16 de maio de 2023.**

Senhor Prefeito:

Enviamos a **REDAÇÃO FINAL** dos projetos de lei abaixo relacionados, aprovados por este Legislativo nas sessões ordinárias realizadas nos dias 8, 10 e 15 de maio de 2023:

- **PROJETO DE LEI Nº 179/2021,** de autoria do Vereador Claudemir Zanco - PL, que dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

- **PROJETO DE LEI Nº 22/2023,** que autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2023 no valor de R$ 2.950.000,00 (dois milhões e novecentos e cinquenta mil reais) e dá outras providências.

Atenciosamente,

THANIA CAMINSKI - PP
*ACT-Safeweb 16/05/2023*
*17:02:30*

**Thania Maria Caminski Gehlen**
**Presidente**

Excelentíssimo Senhor
**Robson Cantu**
Prefeito Municipal
Pato Branco – Paraná

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 44

**PROJETO DE LEI Nº 179/2021**

Dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** A implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações no Município de Pato Branco fica disciplinada por esta Lei, observado o disposto na legislação e na regulamentação federal pertinente.

Parágrafo único. Não estão sujeitos às prescrições previstas nesta Lei os radares militares e civis, com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo, bem como as infraestruturas de radionavegação aeronáutica e as de telecomunicações aeronáuticas, fixas e móveis, destinadas a garantir a segurança das operações aéreas, cujos funcionamentos deverão obedecer à regulamentação própria.

**Art. 2º** Para os fins de aplicação desta Lei, adotar-se-ão as normas expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - e as seguintes definições:

I - área precária: área sem regularização fundiária;

II - detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;

III - Estação Transmissora de Radiocomunicação (ETR): conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, incluindo seus acessórios e periféricos, que emitem radiofrequências, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações;

IV - Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel: certa ETR implantada para permanência temporária com a finalidade de cobrir demandas emergenciais e/ou específicas, tais como eventos, situações calamitosas ou de interesse público;

V - Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte: aquela que apresenta dimensões físicas reduzidas e aptas a atender aos critérios de baixo impacto visual, tais como:

a) ETR cujos equipamentos sejam harmonizados, enterrados ou ocultados em obras de arte, mobiliário ou equipamentos urbanos; e/ou

b) as instaladas em postes de energia ou postes de iluminação pública, estruturas de suporte de sinalização viária, camuflados ou harmonizados em fachadas de prédios residenciais e/ou comerciais, os de baixo impacto, os sustentáveis, os de estrutura leves e/ou postes harmonizados que agreguem os equipamentos da ETR em seu interior;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 45

c) ETR cuja instalação não dependa da construção civil de novas infraestruturas de suporte ou não impliquem na alteração da edificação existente no local;

VI - instalação externa: instalação em locais não confinados, tais como torres, postes, totens, topo de edificações, fachadas, caixas d`água etc,

VII - instalação interna: instalação em locais internos, tais como no interior de edificações, túneis, centros comerciais, aeroportos, centros de convenção, shopping centers e malls, estádios etc,

VIII - infraestrutura de suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte a redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;

IX - poste: infraestrutura vertical cônica e autosuportada, de concreto ou constituída por chapas de aço, instalada para suportar as ETR`s;

X - poste de energia ou poste de iluminação pública: infraestrutura de madeira, cimento, ferro ou aço destinada a sustentar linhas de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica e iluminação pública, que pode suportar ETR`s;

XI - prestadora: pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações;

XII - torre: infraestrutura vertical transversal triangular ou quadrada, treliçada, que pode ser do tipo autosuportada ou estaiada;

XIII - radiocomunicação: telecomunicação que utiliza frequências radioelétricas não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos.

**Art. 3º** As Estações Transmissoras de Radiocomunicação e as respectivas Infraestruturas de Suporte ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano e são considerados bens de utilidade pública e relevante interesse social, conforme disposto na legislação e regulamentação federal aplicáveis, podendo ser implantadas, compartilhadas e utilizadas em todas as zonas ou categorias de uso, desde que atendam exclusivamente ao disposto nesta Lei.

§ 1º Em bens privados, é permitida a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infraestrutura de suporte com a devida autorização do proprietário do imóvel ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel, mesmo que situado em Área Precária.

§ 2º Nos bens públicos municipais de todos os tipos, é permitida a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação mediante Termo de Permissão de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso, que será outorgada pelo Município, a título não oneroso.

Fls 46

§ 3º Em razão da utilidade pública e relevante interesse social para a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, o Município pode ceder o uso do bem público de uso comum na forma prevista no § 2º para interessados em realizar a instalação de infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio, nesses casos, o processo licitatório será inexigível, porém será necessária a prévia autorização mediante contratualização com a municipalidade para que se proceda a referida instalação.

§ 4º A cessão de bem público de uso comum não se dará de forma exclusiva, ressalvados os casos em que sua utilização por outros interessados seja inviável ou puder comprometer a instalação de infraestrutura.

**Art. 4º** Não estará sujeita ao licenciamento municipal estabelecido nesta Lei, bastando aos interessados comunicar previamente a implantação e funcionamento ao órgão municipal encarregado de licenciamento urbanístico:

I - de ETR Móvel;

II - de ETR de Pequeno Porte;

III - de ETR em Área Internas;

IV - a substituição da infraestrutura de suporte para ETR já licenciada; e

V - o compartilhamento de infraestrutura de suporte e ETR já licenciada.

**Art. 5º** O limite máximo de emissão de radiação eletromagnética, considerada a soma das emissões de radiação de todos os sistemas transmissores em funcionamento em qualquer localidade do Município, será aquele estabelecido em legislação e regulamentação federal para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos.

Parágrafo único. Os órgãos municipais deverão oficiar ao órgão regulador federal de telecomunicações no caso de eventuais indícios de irregularidades quanto aos limites legais de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.

**Art. 6º** O compartilhamento das Infraestruturas de Suporte pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação observará as disposições das regulamentações federais pertinentes.

## CAPÍTULO II
## DAS RESTRIÇÕES DE INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO

**Art. 7º** Visando à proteção da paisagem urbana, a instalação externa das infraestruturas de suporte deverá atender às seguintes disposições para viabilizar as ETR:

I - em relação à instalação de torres, três metros do alinhamento frontal e um metro e meio das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo da base da torre em relação à divisa do imóvel ocupado;

Fls. 47

II - em relação à instalação de postes, um metro e meio do alinhamento frontal, das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo do poste em relação à divisa do imóvel ocupado.

§ 1º Poderá ser autorizada a implantação de infraestrutura de suporte sem observância das limitações previstas neste artigo, nos casos de impossibilidade técnica para sua implantação, devidamente justificada junto aos órgãos Municipais competentes pelo interessado, mediante laudo que justifique a necessidade de sua instalação e indique os eventuais prejuízos caso não seja realizado.

§ 2º As restrições estabelecidas nos incisos I e II não se aplicam aos demais itens da infraestrutura de suporte, tais como: containers, esteiramento, entre outros.

§ 3º As restrições estabelecidas no inciso II deste artigo não se aplicam aos postes, edificados ou a edificar, em bens públicos de uso comum.

**Art. 8º** Poderá ser admitida a instalação de abrigos de equipamentos da Estação Transmissora de Radiocomunicação nos limites do terreno, desde que:

I - não promova prejuízo para a ventilação do imóvel vizinho;

II - não seja aberta janela voltada para a edificação vizinha.

**Art. 9º** A instalação dos equipamentos de transmissão, containers, antenas, cabos e mastros no topo e fachadas de edificações é admitida desde que sejam garantidas condições de segurança previstas nas normas técnicas e legais aplicáveis, para as pessoas no interior da edificação e para aquelas que acessarem o topo do edifício.

§ 1º Nas ETR e infraestrutura de suporte instaladas em topos de edifícios não deverão observar o disposto nos incisos I e II do artigo 7º da presente Lei.

§ 2º Os equipamentos elencados no caput deste artigo obedecerão às limitações das divisas do terreno do imóvel, não podendo apresentar projeção que ultrapasse o limite da edificação existente para o lote vizinho, quando a edificação ocupar todo o lote próprio.

**Art. 10.** Os equipamentos que compõem a ETR deverão receber, se necessário, tratamento acústico para que o ruído não ultrapasse os limites máximos permitidos e estabelecidos em legislação pertinente.

**Art. 11.** Implantação das ETR deverá observar as seguintes diretrizes:

I - redução do impacto paisagístico, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável, nos termos da legislação federal;

II - priorização da utilização de equipamentos de infraestrutura já implantados, como redes de iluminação pública, sistemas de videomonitoramento público, distribuição de energia e mobiliário urbano; e

III - priorização do compartilhamento de infraestrutura no caso de implantação em torres de telecomunicação e sistema rooftop.

## CAPÍTULO III
## DA OUTORGA DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA E AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 12.** A implantação das Infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações depende da expedição de Alvará de Construção.

**Art. 13.** A atuação e eventual autorização do órgão ambiental pertinente ou do órgão gestor somente será necessária quando se tratar de instalação em Área de Preservação Permanente ou Unidade de Conservação.

§ 1º O processo de licenciamento ambiental, quando for necessário, ocorrerá de maneira integrada ao procedimento de licenciamento urbanístico, cujas autorizações serão expedidas mediante procedimento simplificado.

§ 2º A licença ambiental de implantação da infraestrutura terá prazo indeterminado, atestando que a obra foi executada, conforme projeto aprovado.

**Art. 14.** O pedido de Alvará de Construção será apreciado pelo órgão municipal competente e abrangerá a análise dos requisitos básicos a serem atendidos nas fases de construção e instalação, observadas as normas da ABNT, e deverá ser instruída pelo projeto executivo de implantação da infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação e a planta de situação elaborada pela requerente.

Parágrafo único. Para solicitação de emissão do Alvará de Construção deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - requerimento;

II - projeto executivo de implantação da infraestrutura de suporte e respectivo(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica - ART;

III - autorização do proprietário ou, quando não for possível, do possuidor imóvel;

IV - contrato ou estatuto social da empresa responsável e comprovante inscrição no Cadastro nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

V - procuração emitida pela empresa responsável pelo requerimento expedição do Alvará de Construção, se o caso;

VI - comprovante de quitação de taxa única de análise e expedição de lice no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais) a ser recolhido aos cofres públicos do Município

**Art. 15.** O Alvará de Construção, autorizando a implantação das Infraestru de suporte para equipamentos de telecomunicações, será concedido quando verifica

Fls 49

conformidade das especificações constantes do projeto executivo de implantação com os termos desta Lei.

**Art. 16.** Após a instalação da infraestrutura de suporte, a detentora deverá requerer ao órgão municipal competente a expedição do Certificado de Conclusão de Obra.

Parágrafo único. O Certificado de Conclusão de Obra terá prazo indeterminado, atestando que a obra foi executada conforme projeto aprovado.

**Art. 17.** O prazo para análise dos pedidos e outorga do Alvará de Construção, bem como do Certificado de Conclusão de Obra, será de até trinta dias corridos, contados da data de apresentação dos requerimentos acompanhados dos documentos necessários.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no caput deste artigo, se o órgão licenciador municipal não houver finalizado o processo de licenciamento, a(s) empresa(s) interessada(s) estará(ão) habilitada(s) a construir, instalar e ceder sua infraestrutura de suporte, incluindo os equipamentos de telecomunicações, ressalvado o direito de fiscalização do cumprimento da conformidade das especificações constantes do seu Projeto executivo de implantação pelo município.

**Art. 18.** A eventual negativa na concessão da outorga do Alvará de Construção, da Autorização Ambiental ou do Certificado de Conclusão de Obra deverá ser fundamentada e dela caberá recurso administrativo.

**Art. 19.** Na hipótese de compartilhamento, fica dispensada a empresa compartilhante de requerer Alvará de Construção, da Autorização Ambiental e do Certificado de Conclusão de Obra, nos casos em que a implantação da detentora já esteja devidamente regularizada.

## CAPÍTULO IV
## DA FISCALIZAÇÃO

**Art. 20.** A fiscalização do atendimento aos limites referidos no art. 5º desta Lei para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, bem como a aplicação das eventuais sanções cabíveis, serão efetuadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, nos termos dos art. 11 e 12, inciso V, da Lei Federal nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

**Art. 21.** Constatado o desatendimento de quaisquer dos requisitos estabelecidos nesta Lei, o órgão outorgante deverá intimar a prestadora responsável para que no prazo de trinta dias proceda às alterações necessárias à adequação.

## CAPÍTULO V
## DAS PENALIDADES

**Art. 22.** Constituem infrações à presente Lei:

I - instalar e manter no território municipal infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação sem o respectivo Alvará de Construção, autorização

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 50

ambiental (quando aplicável) e Certificado de Conclusão de Obra, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;

II - prestar informações falsas.

**Art. 23.** Às infrações tipificadas nos incisos do art. 22 aplicam-se as seguintes penalidades:

I - notificação de advertência, na primeira ocorrência;

II - multa, na segunda ocorrência, consoante legislação municipal.

**Art. 24.** As multas a que se refere esta Lei devem ser recolhidas no prazo de trinta dias, contados da sua imposição ou da decisão condenatória definitiva, sob pena de serem inscritas em dívida ativa municipal.

**Art. 25.** A empresa notificada ou autuada por infração à presente Lei poderá apresentar defesa, dirigida ao órgão responsável pela notificação ou autuação, com efeito suspensivo da sanção imposta, no prazo de trinta dias contados da notificação ou autuação.

**Art. 26.** Caberá recurso em última instância administrativa das autuações expedidas com base na presente Lei ao Prefeito do Município, também com efeito suspensivo da sanção imposta.

## CAPÍTULO VI
## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 27.** Todas as Estações Transmissora de Radiocomunicação que se encontrem em operação na data de publicação desta Lei ficam sujeitas à verificação do atendimento aos limites estabelecidos no art. 5º, através da apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, sendo que as licenças já emitidas continuam válidas.

§ 1º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Poder Executivo, para que as prestadoras apresentem a Licença para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações para as Estações Rádio Base referidas no *caput* deste artigo e requeiram a expedição de documento comprobatório de sua regularidade perante ao Município.

§ 2º O prazo para análise do pedido referido no parágrafo acima será de trinta dias contados da data de apresentação do requerimento acompanhado da Licença para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações para a Estação transmissora de radiocomunicação.

§ 3º Findo o prazo estabelecido no § 2°, se o órgão licenciador municipal não houver finalizado o processo de expedição de documento comprobatório de regularidade, a empresa requerente estará habilitada a continuar operando a Estação Transmissora de Radiocomunicação de acordo com as condições estabelecidas na licença para funcionamento da ANATEL, até que o documento seja expedido.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 51

§ 4º Após as verificações ao disposto neste artigo, e com o cumprimento dos prazos estabelecidos e apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações, cabe ao Poder Público emitir Termo de Regularidade da Estação transmissora de radiocomunicação.

**Art. 28.** As infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações que estiverem implantadas até a data de publicação desta Lei, e que não estejam ainda devidamente licenciadas perante o Município nos termos desta Lei, ficam sujeitas à verificação do atendimento aos requisitos aqui estabelecidos.

§ 1º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, contado da publicação desta Lei, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Executivo, para que as detentoras apresentem os documentos relacionados no parágrafo único do art. 14 desta Lei e requeiram a expedição de documento comprobatório de sua regularidade perante o Município.

§ 2º Nos casos de não cumprimento dos parâmetros da presente Lei, será concedido o prazo de até dois anos para adequação das infraestruturas de suporte mencionadas no *caput*.

§ 3º Em casos de eventual impossibilidade de total adequação, esta será dispensada mediante apresentação de laudo ou documento equivalente que demonstre a necessidade de permanência da infraestrutura devido aos prejuízos causados pela falta de cobertura no local.

§ 4º Durante os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, não poderão ser aplicadas sanções administrativas às detentoras de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação mencionadas no *caput* motivadas pela falta de cumprimento da presente Lei.

§ 5º Após os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, no caso da não obtenção pela detentora do documento comprobatório da regularidade da Estação perante o Município ou apresentação do laudo técnico ou documento similar que demonstre a necessidade da permanência da infraestrutura, será aplicada multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

**Art. 29.** Em casos eventuais de necessidade de remoção de uma Estação Transmissora de Radiocomunicação, a detentora terá o prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da comunicação da necessidade de remoção pelo Poder Público, para protocolar o pedido de autorização urbanística para a infraestrutura de suporte que irá substituir a Estação a ser remanejada.

§ 1º A remoção da Estação Transmissora de Radiocomunicação deverá ocorrer em no máximo cento e oitenta dias a partir da emissão das licenças de infraestrutura da Estação que irá a substituir.

§ 2º O prazo máximo para a remoção de Estação Transmissora de Radiocomunicação não poderá ser maior do que dois anos a partir do momento da notificação da necessidade de remoção pelo Poder Público.

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 52

§ 3º Nos dois primeiros anos de vigência dessa Lei, devido ao alto volume de Estações Transmissoras de Radiocomunicação que passarão por processo de regularização, todos os prazos mencionados no art. 29 serão contados em dobro.

**Art. 30.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei decorre do projeto de lei de autoria do Vereador Claudemir Zanco - PL.

Câmara Mun. de Pato Bran.
Fls. 53

**SECRETARIA DE GABINETE**
**LEI Nº 7.000, DE 26 DE MAIO DE 2023**

Dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:**

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** A implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações no Município de Pato Branco fica disciplinada por esta Lei, observado o disposto na legislação e na regulamentação federal pertinente.

Parágrafo único. Não estão sujeitos às prescrições previstas nesta Lei os radares militares e civis, com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo, bem como as infraestruturas de radionavegação aeronáutica e as de telecomunicações aeronáuticas, fixas e móveis, destinadas a garantir a segurança das operações aéreas, cujos funcionamentos deverão obedecer à regulamentação própria.

**Art. 2º** Para os fins de aplicação desta Lei, adotar-se-ão as normas expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - e as seguintes definições:

I - área precária: área sem regularização fundiária;

II - detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;

III - Estação Transmissora de Radiocomunicação (ETR): conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, incluindo seus acessórios e periféricos, que emitem radiofrequências, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações;

IV - Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel: certa ETR implantada para permanência temporária com a finalidade de cobrir demandas emergenciais e/ou específicas, tais como eventos, situações calamitosas ou de interesse público;

V - Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte: aquela que apresenta dimensões físicas reduzidas e aptas a atender aos critérios de baixo impacto visual, tais como:

a) ETR cujos equipamentos sejam harmonizados, enterrados ou ocultados em obras de arte, mobiliário ou equipamentos urbanos; e/ou

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 54

b) as instaladas em postes de energia ou postes de iluminação pública, estruturas de suporte de sinalização viária, camuflados ou harmonizados em fachadas de prédios residenciais e/ou comerciais, os de baixo impacto, os sustentáveis, os de estrutura leves e/ou postes harmonizados que agreguem os equipamentos da ETR em seu interior;

c) ETR cuja instalação não dependa da construção civil de novas infraestruturas de suporte ou não impliquem na alteração da edificação existente no local;

VI - instalação externa: instalação em locais não confinados, tais como torres, postes, totens, topo de edificações, fachadas, caixas d`água etc,

VII - instalação interna: instalação em locais internos, tais como no interior de edificações, túneis, centros comerciais, aeroportos, centros de convenção, shopping centers e malls, estádios etc,

VIII - infraestrutura de suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte a redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;

IX - poste: infraestrutura vertical cônica e autosuportada, de concreto ou constituída por chapas de aço, instalada para suportar as ETR`s;

X - poste de energia ou poste de iluminação pública: infraestrutura de madeira, cimento, ferro ou aço destinada a sustentar linhas de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica e iluminação pública, que pode suportar ETR`s;

XI - prestadora: pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações;

XII - torre: infraestrutura vertical transversal triangular ou quadrada, treliçada, que pode ser do tipo autosuportada ou estaiada;

XIII - radiocomunicação: telecomunicação que utiliza frequências radioelétricas não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos.

**Art. 3º** As Estações Transmissoras de Radiocomunicação e as respectivas Infraestruturas de Suporte ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano e são considerados bens de utilidade pública e relevante interesse social, conforme disposto na legislação e regulamentação federal aplicáveis, podendo ser implantadas, compartilhadas e utilizadas em todas as zonas ou categorias de uso, desde que atendam exclusivamente ao disposto nesta Lei.

§ 1º Em bens privados, é permitida a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infraestrutura de suporte com a devida autorização do proprietário do imóvel ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel, mesmo que situado em Área Precária.

Câmara Mun. de Pão Brazil
Fls. 55

§ 2º Nos bens públicos municipais de todos os tipos, é permitida a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação mediante Termo de Permissão de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso, que será outorgada pelo Município, a título não oneroso.

§ 3º Em razão da utilidade pública e relevante interesse social para a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, o Município pode ceder o uso do bem público de uso comum na forma prevista no § 2º para interessados em realizar a instalação de infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio, nesses casos, o processo licitatório será inexigível, porém será necessária a prévia autorização mediante contratualização com a municipalidade para que se proceda a referida instalação.

§ 4º A cessão de bem público de uso comum não se dará de forma exclusiva, ressalvados os casos em que sua utilização por outros interessados seja inviável ou puder comprometer a instalação de infraestrutura.

**Art. 4º** Não estará sujeita ao licenciamento municipal estabelecido nesta Lei, bastando aos interessados comunicar previamente a implantação e funcionamento ao órgão municipal encarregado de licenciamento urbanístico:

I - de ETR Móvel;

II - de ETR de Pequeno Porte;

III - de ETR em Área Internas;

IV - a substituição da infraestrutura de suporte para ETR já licenciada; e

V - o compartilhamento de infraestrutura de suporte e ETR já licenciada.

**Art. 5º** O limite máximo de emissão de radiação eletromagnética, considerada a soma das emissões de radiação de todos os sistemas transmissores em funcionamento em qualquer localidade do Município, será aquele estabelecido em legislação e regulamentação federal para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos.

Parágrafo único. Os órgãos municipais deverão oficiar ao órgão regulador federal de telecomunicações no caso de eventuais indícios de irregularidades quanto aos limites legais de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.

**Art. 6º** O compartilhamento das Infraestruturas de Suporte pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação observará as disposições das regulamentações federais pertinentes.

CAPÍTULO II
DAS RESTRIÇÕES DE INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Câmara Mun de Palo Brito
Fls 56

**Art. 7º** Visando à proteção da paisagem urbana, a instalação externa das infraestruturas de suporte deverá atender às seguintes disposições para viabilizar as ETR:

I - em relação à instalação de torres, três metros do alinhamento frontal e um metro e meio das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo da base da torre em relação à divisa do imóvel ocupado;

II - em relação à instalação de postes, um metro e meio do alinhamento frontal, das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo do poste em relação à divisa do imóvel ocupado.

§ 1º Poderá ser autorizada a implantação de infraestrutura de suporte sem observância das limitações previstas neste artigo, nos casos de impossibilidade técnica para sua implantação, devidamente justificada junto aos órgãos Municipais competentes pelo interessado, mediante laudo que justifique a necessidade de sua instalação e indique os eventuais prejuízos caso não seja realizado.

§ 2º As restrições estabelecidas nos incisos I e II não se aplicam aos demais itens da infraestrutura de suporte, tais como: containers, esteiramento, entre outros.

§ 3º As restrições estabelecidas no inciso II deste artigo não se aplicam aos postes, edificados ou a edificar, em bens públicos de uso comum.

**Art. 8º** Poderá ser admitida a instalação de abrigos de equipamentos da Estação Transmissora de Radiocomunicação nos limites do terreno, desde que:

I - não promova prejuízo para a ventilação do imóvel vizinho;

II - não seja aberta janela voltada para a edificação vizinha.

**Art. 9º** A instalação dos equipamentos de transmissão, containers, antenas, cabos e mastros no topo e fachadas de edificações é admitida desde que sejam garantidas condições de segurança previstas nas normas técnicas e legais aplicáveis, para as pessoas no interior da edificação e para aquelas que acessarem o topo do edifício.

§ 1º Nas ETR e infraestrutura de suporte instaladas em topos de edifícios não deverão observar o disposto nos incisos I e II do artigo 7º da presente Lei.

§ 2º Os equipamentos elencados no caput deste artigo obedecerão às limitações das divisas do terreno do imóvel, não podendo apresentar projeção que ultrapasse o limite da edificação existente para o lote vizinho, quando a edificação ocupar todo o lote próprio.

**Art. 10.** Os equipamentos que compõem a ETR deverão receber, se necessário, tratamento acústico para que o ruído não ultrapasse os limites máximos permitidos e estabelecidos em legislação pertinente.

**Art. 11.** Implantação das ETR deverá observar as seguintes diretrizes:

Câmara Mun de Palo Brasil
Fls 54

I - redução do impacto paisagístico, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável, nos termos da legislação federal;

II - priorização da utilização de equipamentos de infraestrutura já implantados, como redes de iluminação pública, sistemas de videomonitoramento público, distribuição de energia e mobiliário urbano; e

III - priorização do compartilhamento de infraestrutura no caso de implantação em torres de telecomunicação e sistema rooftop.

CAPÍTULO III
DA OUTORGA DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA E AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 12.** A implantação das Infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações depende da expedição de Alvará de Construção.

**Art. 13.** A atuação e eventual autorização do órgão ambiental pertinente ou do órgão gestor somente será necessária quando se tratar de instalação em Área de Preservação Permanente ou Unidade de Conservação.

§ 1º O processo de licenciamento ambiental, quando for necessário, ocorrerá de maneira integrada ao procedimento de licenciamento urbanístico, cujas autorizações serão expedidas mediante procedimento simplificado.

§ 2º A licença ambiental de implantação da infraestrutura terá prazo indeterminado, atestando que a obra foi executada, conforme projeto aprovado.

**Art. 14.** O pedido de Alvará de Construção será apreciado pelo órgão municipal competente e abrangerá a análise dos requisitos básicos a serem atendidos nas fases de construção e instalação, observadas as normas da ABNT, e deverá ser instruída pelo projeto executivo de implantação da infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação e a planta de situação elaborada pela requerente.

Parágrafo único. Para solicitação de emissão do Alvará de Construção deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - requerimento;

II - projeto executivo de implantação da infraestrutura de suporte e respectivo(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica - ART;

III - autorização do proprietário ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel;

IV - contrato ou estatuto social da empresa responsável e comprovante de inscrição no Cadastro nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

Câmara Mun. de Palo Brand
Fls. 58

V - procuração emitida pela empresa responsável pelo requerimento de expedição do Alvará de Construção, se o caso;

VI - comprovante de quitação de taxa única de análise e expedição de licenças no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais) a ser recolhido aos cofres públicos do Município.

**Art. 15.** O Alvará de Construção, autorizando a implantação das Infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações, será concedido quando verificada a conformidade das especificações constantes do projeto executivo de implantação com os termos desta Lei.

**Art. 16.** Após a instalação da infraestrutura de suporte, a detentora deverá requerer ao órgão municipal competente a expedição do Certificado de Conclusão de Obra.

Parágrafo único. O Certificado de Conclusão de Obra terá prazo indeterminado, atestando que a obra foi executada conforme projeto aprovado.

**Art. 17.** O prazo para análise dos pedidos e outorga do Alvará de Construção, bem como do Certificado de Conclusão de Obra, será de até trinta dias corridos, contados da data de apresentação dos requerimentos acompanhados dos documentos necessários.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no caput deste artigo, se o órgão licenciador municipal não houver finalizado o processo de licenciamento, a(s) empresa(s) interessada(s) estará(ão) habilitada(s) a construir, instalar e ceder sua infraestrutura de suporte, incluindo os equipamentos de telecomunicações, ressalvado o direito de fiscalização do cumprimento da conformidade das especificações constantes do seu Projeto executivo de implantação pelo município.

**Art. 18.** A eventual negativa na concessão da outorga do Alvará de Construção, da Autorização Ambiental ou do Certificado de Conclusão de Obra deverá ser fundamentada e dela caberá recurso administrativo.

**Art. 19.** Na hipótese de compartilhamento, fica dispensada a empresa compartilhante de requerer Alvará de Construção, da Autorização Ambiental e do Certificado de Conclusão de Obra, nos casos em que a implantação da detentora já esteja devidamente regularizada.

## CAPÍTULO IV
## DA FISCALIZAÇÃO

**Art. 20.** A fiscalização do atendimento aos limites referidos no art. 5º desta Lei para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, bem como a aplicação das eventuais sanções cabíveis, serão efetuadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, nos termos dos art. 11 e 12, inciso V, da Lei Federal nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

**Art. 21.** Constatado o desatendimento de quaisquer dos requisitos estabelecidos nesta Lei, o órgão outorgante deverá

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 59
2

intimar a prestadora responsável para que no prazo de trinta dias proceda às alterações necessárias à adequação.

CAPÍTULO V
DAS PENALIDADES

**Art. 22.** Constituem infrações à presente Lei:

I - instalar e manter no território municipal infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação sem o respectivo Alvará de Construção, autorização ambiental (quando aplicável) e Certificado de Conclusão de Obra, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;

II - prestar informações falsas.

**Art. 23.** Às infrações tipificadas nos incisos do art. 22 aplicam-se as seguintes penalidades:

I - notificação de advertência, na primeira ocorrência;

II - multa, na segunda ocorrência, consoante legislação municipal.

**Art. 24.** As multas a que se refere esta Lei devem ser recolhidas no prazo de trinta dias, contados da sua imposição ou da decisão condenatória definitiva, sob pena de serem inscritas em dívida ativa municipal.

**Art. 25.** A empresa notificada ou autuada por infração à presente Lei poderá apresentar defesa, dirigida ao órgão responsável pela notificação ou autuação, com efeito suspensivo da sanção imposta, no prazo de trinta dias contados da notificação ou autuação.

**Art. 26.** Caberá recurso em última instância administrativa das autuações expedidas com base na presente Lei ao Prefeito do Município, também com efeito suspensivo da sanção imposta.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 27.** Todas as Estações Transmissora de Radiocomunicação que se encontrem em operação na data de publicação desta Lei ficam sujeitas à verificação do atendimento aos limites estabelecidos no art. 5º, através da apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, sendo que as licenças já emitidas continuam válidas.

§ 1º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Poder Executivo, para que as prestadoras apresentem a Licença para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações para as Estações Rádio Base referidas no *caput* deste artigo e requeiram a expedição de documento comprobatório de sua regularidade perante ao Município.

§ 2º O prazo para análise do pedido referido no parágrafo acima será de trinta dias contados da data de apresentação do requerimento acompanhado da Licença para Funcionamento de

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 6

Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações para a Estação transmissora de radiocomunicação.

§ 3º Findo o prazo estabelecido no § 2°, se o órgão licenciador municipal não houver finalizado o processo de expedição de documento comprobatório de regularidade, a empresa requerente estará habilitada a continuar operando a Estação Transmissora de Radiocomunicação de acordo com as condições estabelecidas na licença para funcionamento da ANATEL, até que o documento seja expedido.

§ 4º Após as verificações ao disposto neste artigo, e com o cumprimento dos prazos estabelecidos e apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações, cabe ao Poder Público emitir Termo de Regularidade da Estação transmissora de radiocomunicação.

**Art. 28.** As infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações que estiverem implantadas até a data de publicação desta Lei, e que não estejam ainda devidamente licenciadas perante o Município nos termos desta Lei, ficam sujeitas à verificação do atendimento aos requisitos aqui estabelecidos.

§ 1º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, contado da publicação desta Lei, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Executivo, para que as detentoras apresentem os documentos relacionados no parágrafo único do art. 14 desta Lei e requeiram a expedição de documento comprobatório de sua regularidade perante o Município.

§ 2º Nos casos de não cumprimento dos parâmetros da presente Lei, será concedido o prazo de até dois anos para adequação das infraestruturas de suporte mencionadas no *caput*.

§ 3º Em casos de eventual impossibilidade de total adequação, esta será dispensada mediante apresentação de laudo ou documento equivalente que demonstre a necessidade de permanência da infraestrutura devido aos prejuízos causados pela falta de cobertura no local.

§ 4º Durante os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, não poderão ser aplicadas sanções administrativas às detentoras de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação mencionadas no *caput* motivadas pela falta de cumprimento da presente Lei.

§ 5º Após os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, no caso da não obtenção pela detentora do documento comprobatório da regularidade da Estação perante o Município ou apresentação do laudo técnico ou documento similar que demonstre a necessidade da permanência da infraestrutura, será aplicada multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

**Art. 29.** Em casos eventuais de necessidade de remoção de uma Estação Transmissora de Radiocomunicação, a detentora terá o prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da comunicação da necessidade de remoção pelo Poder Público, para protocolar o pedido de autorização urbanística para a infraestrutura de suporte que irá substituir a Estação a ser remanejada.

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 61

§ 1º A remoção da Estação Transmissora de Radiocomunicação deverá ocorrer em no máximo cento e oitenta dias a partir da emissão das licenças de infraestrutura da Estação que irá a substituir.

§ 2º O prazo máximo para a remoção de Estação Transmissora de Radiocomunicação não poderá ser maior do que dois anos a partir do momento da notificação da necessidade de remoção pelo Poder Público.

§ 3º Nos dois primeiros anos de vigência dessa Lei, devido ao alto volume de Estações Transmissoras de Radiocomunicação que passarão por processo de regularização, todos os prazos mencionados no art. 29 serão contados em dobro.

**Art. 30.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei decorre do projeto de lei de autoria do Vereador Claudemir Zanco.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 26 de maio de 2023.

***ROBSON CANTU***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
**Código Identificador:**BBE9E243

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/05/2023. Edição 2780
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 62

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**PORTARIA Nº 4530/2023**

Institui Comissão para Discussão e Elaboração do Regimento Interno do Corpo de Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde, de Pato Branco e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VII e XXIII, na forma do art. 62, II, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, considerando Resolução do Conselho Federal de Enfermagem – Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem e do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem; e

Considerando contido no Memorando nº 12.429, de 3 de maio de 2023, da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Institui a Comissão para Discussão e Elaboração do Regimento Interno do Corpo de Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco, com a seguinte composição:

I- Ana Paula Armani Dobrowolski;
II- Cleunir de Fatima Candido de Bortoli;
III- Edna Cristina Martins Lopes;
IV- Elizangela Greggio Vincenzi;
V- Gleide Carla Pescotto Bedenaroski;
VI- Kelly Maria Corfeler;
VII- Raquel Kalinki Bocchese Bubniuff;
VIII- Vanessa Saldanha de Lyra.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em XX de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**PORTARIA Nº 4540/2023**

Institui Comissão Especial para avaliar os estudos de viabilidade econômico-financeira, técnica e jurídica, visando a concessão dos serviços públicos municipais de coleta de resíduos sólidos e de limpeza urbana no Município de Pato Branco e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VII e XXIII, na forma do art. 62, II, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 6º, XVI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 14.308, de 24 de maio de 2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Especial para avaliar os estudos de viabilidade econômico-financeira, técnica e jurídica, visando a concessão dos serviços públicos municipais de coleta de resíduos sólidos e de limpeza urbana do Município de Pato Branco, com a seguinte composição:

I - titulares:
a) Tassiane Hattenschlager Oliveira - Chefe do Setor de Alerta Sanitário;
b) Marcos Colla - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico;
c) Elimar Tumelero - Secretário Municipal de Planejamento Urbano;
d) Andre Gustavo Patel - Chefe do Setor de Gestão Ambiental;
e) Leonardo Inacio de Bortoli - Diretor da Procuradoria Municipal;
f) Daniel Parcianello - Secretário Municipal de Engenharia e Obras;
g) Alexandre Rodrigo Dal Pra - Secretário Municipal de Administração e Finanças;
h) Rodrigo Miguel Koprovski - Diretor do Departamento de Administração;
i) Rodrigo Bertol - Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde;
j) Juli Rabonatto - Chefe do Setor de Tributação e Fiscalização;
k) Marcia Cristina Flyrczak - Assistente em Gestão;
l) Keli Starck - representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

II - suplentes:
a) Enio Ruaro - Diretor do Departamento de Limpeza e Conservação de Vias e Espaços Públicos;
b) Franciele Sabrina Pundrich Ferreira - Chefe do Setor de Empenho;
c) Vanessa Castraghi Zanon - Secretária Municipal de Agricultura.

Art. 2º A Comissão Especial avaliará os estudos de viabilidade econômico-financeira, técnica e jurídica, objetivando a modernização, gestão sustentável, manutenção e otimização dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana do Município de Pato Branco.

Art. 3º A presidência da Comissão de que trata esta Portaria será exercida pela Secretária Municipal de Meio Ambiente.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 984, de 1º de setembro de 2022.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 25 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**LEI Nº 6.097, DE 26 DE MAIO DE 2023.**

Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura crédito especial no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 39 | SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL | |
| 39.02 | FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E ADOLESCENTE | |
| 08 | Assistência Social | |
| 08.243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | |
| 08.243.0023 | Assistência à Criança e ao Adolescente | |
| 2.495 | Incentivo ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) 2021 – DELIBERAÇÃO Nº 030/2021 – CEDCA/PR | |
| 3.3.90.30 - 3002 | Material de Consumo | 23.000,00 |
| 4.4.90.52 - 3002 | Equipamentos e Material Permanente | 22.000,00 |
| | Total | 45.000,00 |

Art. 2º Para a cobertura do crédito especial de que trata a presente Lei, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício de 2023, conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 3002 | Incentivo ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - FIA ESTADUAL | 45.000,00 |
| | Total | 45.000,00 |

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a executar os ajustes necessários no Plano Plurianual, instituído pela Lei nº 5.806, de 1º de setembro de 2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei nº 5.951, de 13 de julho de 2022, e na Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei nº 6.063, de 16 de dezembro de 2022.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 26 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**DECRETO Nº 9.535, DE 26 DE MAIO DE 2023.**

Abre de crédito especial no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 6.097, de 26 de maio de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 39 | SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL | |
| 39.02 | FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E ADOLESCENTE | |
| 08 | Assistência Social | |
| 08.243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | |
| 08.243.0023 | Assistência à Criança e ao Adolescente | |
| 2.495 | Incentivo ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) 2021 – DELIBERAÇÃO Nº 030/2021 – CEDCA/PR | |
| 3.3.90.30 - 3002 | Material de Consumo | 23.000,00 |
| 4.4.90.52 - 3002 | Equipamentos e Material Permanente | 22.000,00 |
| | Total | 45.000,00 |

Art. 2º Para a cobertura do crédito especial de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício de 2023, conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 3002 | Incentivo ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - FIA ESTADUAL | 45.000,00 |
| | Total | 45.000,00 |

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a executar os ajustes necessários no Plano Plurianual, instituído pela Lei nº 5.806, de 1º de setembro de 2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei nº 5.951, de 13 de julho de 2022, e na Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei nº 6.063, de 16 de dezembro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 26 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**LEI Nº 6.098, DE 26 DE MAIO DE 2023.**

Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 195.599,07 (cento e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e sete centavos) e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 195.599,07 (cento e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e sete centavos), conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 38 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE | |
| 38.01 | ATENÇÃO BASICA | |
| 10 | Saúde | |
| 10.128 | Formação de Recursos Humanos | |
| 10.128.0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.576 | Manutenção das Atividades do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade | |
| 3.3.90.48 – 395 | Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física | 73.909,62 |
| 3.3.90.48 – 303 | Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física | 121.689,45 |
| | Total | 195.599,07 |

Art. 2º Para a cobertura do crédito especial de que trata a presente Lei, serão utilizados recursos provenientes de:

I - excesso de arrecadação do exercício de 2023:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 395 | Convênio UNIDEP - Lei nº 6.013 de 24 de outubro de 2022, Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade | 73.909,62 |

II - anulação parcial de dotação:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 38 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE | |
| 38.01 | ATENÇÃO BASICA | |
| 10 | Saúde | |
| 10.301 | Atenção Básica | |
| 10.301.0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.252 | Manutenção e ampliação da estratégia saúde da família – ESF | |
| 4.4.90.52 – (1590)303 | Equipamentos e Materiais Permanentes | 121.689,45 |
| | Total | 195.599,07 |

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a executar os ajustes necessários no Plano Plurianual, instituído pela Lei nº 5.806, de 1º de setembro de 2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei nº 5.951, de 13 de julho de 2022, e na Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei nº 6.063, de 16 de dezembro de 2022.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 26 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**DECRETO Nº 9.536, DE 26 DE MAIO DE 2023.**

Abre de crédito especial no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 195.599,07 (cento e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e sete centavos) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 6.098, de 26 de maio de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 195.599,07 (cento e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e sete centavos), conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 38 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE | |
| 38.01 | ATENÇÃO BASICA | |
| 10 | Saúde | |
| 10.128 | Formação de Recursos Humanos | |
| 10.128.0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.576 | Manutenção das Atividades do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade | |
| 3.3.90.48 – 395 | Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física | 73.909,62 |
| 3.3.90.48 – 303 | Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física | 121.689,45 |
| | Total | 195.599,07 |

Art. 2º Para a cobertura do crédito especial de que trata a presente Lei, serão utilizados recursos provenientes de:

I - excesso de arrecadação do exercício de 2023:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 395 | Convênio UNIDEP - Lei nº 6.013 de 24 de outubro de 2022, Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade | 73.909,62 |

II - anulação parcial de dotação:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 38 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE | |
| 38.01 | ATENÇÃO BASICA | |
| 10 | Saúde | |
| 10.301 | Atenção Básica | |
| 10.301.0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.252 | Manutenção e ampliação da estratégia saúde da família – ESF | |
| 4.4.90.52 – (1590)303 | Equipamentos e Materiais Permanentes | 121.689,45 |
| | Total | 195.599,07 |

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a executar os ajustes necessários no Plano Plurianual, instituído pela Lei nº 5.806, de 1º de setembro de 2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei nº 5.951, de 13 de julho de 2022, e na Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei nº 6.063, de 16 de dezembro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 26 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**LEI Nº 6.099, DE 26 DE MAIO DE 2023.**

Autoriza a contratação temporária, por meio de Processo Seletivo Simplificado - PSS, de profissionais para o exercício de emprego público de Instrutor de Aprendizagem e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal temporário para o emprego público de Instrutor de Aprendizagem, mediante Teste Seletivo Simplificado, com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 60, de 17 de julho de 2014, conforme a seguir especificado:

I - projetos culturais:

| OFICINA/MODALIDADE | CARGA HORÁRIA SEMANAL | NÍVEL | VAGAS | REQUISITO MÍNIMO | SALÁRIO (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| Dança-Ballet Clássico | 20h | Superior | 06 | Graduação em Dança ou Educação física e certificado de proficiência na área. | 1.922,67 |
| Danças Urbanas | 20h | Médio | 05 | Ensino Médio e certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |
| Dança de salão | 20h | Médio | 05 | Ensino Médio e certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |
| Arte circense | 20h | Médio | 06 | Ensino Médio e certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |
| Desenho Realista | 20h | Médio | 05 | Certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |
| Artes plásticas | 20h | Superior | 05 | Graduação em Artes Visuais e certificado de proficiência na área. | 1.922,67 |
| Artesanato | 20h | Médio | 08 | Ensino Médio e certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |
| Teatro | 20h | Médio | 10 | Ensino Médio e certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |
| Música: canto coral | 20h | Médio | 05 | Ensino Médio e certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |
| Música: violino | 20h | Médio | 05 | Ensino Médio e certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |
| Música: canto, percussão e sopro | 20h | Médio | 05 | Ensino Médio e certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |
| Música: fanfarra | 20h | Médio | 05 | Ensino Médio e certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |

II - projetos pedagógicos:

| OFICINA/MODALIDADE | CARGA HORÁRIA SEMANAL | NÍVEL | VAGAS | REQUISITO MÍNIMO | SALÁRIO (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| Matemática | 20h | Médio | 15 | Formação em Nível Médio em Magistério. | 1.362,25 |
| Prática Laboratorial | 20h | Superior | 15 | Graduação em Biologia ou Ciências Biológicas e certificado de proficiência na área. | 1.922,67 |
| Robótica | 20h | Superior | 04 | a) Diploma ou Certificado de Licenciatura em uma das seguintes áreas: Física, Química, Matemática, Biologia e Informática, reconhecido pelo MEC; b) Certificação em Robótica e Prototipagem; c) Experiência mínima de 6 (seis) meses no desenvolvimento e acompanhamento de projetos em Sala de Robótica; d) Conhecimento em tecnologias de fabricação digital e artesanal (ferramentas manuais, impressora 3D, cortadora de vinil e cortadora a laser); e) Conhecimento em metodologias ativas e aprendizagem criativa; f) Conhecimento em programação para Arduino IDE (Integrated Development Environment - Ambiente de Desenvolvimento Integrado); g) Conhecimento em Lego Education (solução e software de programação); h) Conhecimento de estratégias pedagógicas a serem utilizadas em Sala de Robótica. | 1.922,67 |
| Robótica | 20h | Médio | 20 | Ensino Médio e certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |
| Contação de história | 20h | Médio | 02 | Formação em Nível Médio em Magistério e certificado de proficiência na área. | 1.362,25 |
| Cuidado Ambiental | 20h | Médio | 03 | Formação em Nível Médio em Magistério. | 1.362,25 |

III - projetos esportivos:

| OFICINA/ MODALIDADE | CARGA HORÁRIA SEMANAL | NÍVEL | VAGAS | REQUISITO MÍNIMO | SALÁRIO (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| Orientador de recreação | 20h | Superior | 08 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de atletismo | 20h | Superior | 01 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de artes circenses | 20h | Superior | 01 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de jogos de mesa e tabuleiro | 20 | Superior | 01 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de ginástica rítmica (técnica alto rendimento) | 20h | Superior | 02 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de ginástica rítmica (escolinhas) | 20h | Superior | 02 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de ginástica localizada, aeróbica e funcional | 20h | Superior | 04 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de esportes adaptados e para desporto | 20h | Superior | 01 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de yoga | 20h | Superior | 01 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de pilates solo | 20h | Superior | 01 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de pilates em aparelhos | 20h | Superior | 01 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de skate | 12h | Superior | 01 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Orientador de recreação | 20h | Superior | 03 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de vôlei de praia | 20h | Superior | 01 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Treinamento de futevôlei | 20h | Superior | 01 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |
| Orientador de atividades de lazer e desportivas | 20h | Superior | 03 | Graduação em Educação Física com Registro (ativo) no Conselho da Categoria (CREF) e proficiência na área. | 1.922,67 |

Art. 2º As contratações autorizadas por esta Lei servirão para garantir a implantação de programas e projetos específicos nas áreas da educação, cultura e esporte, a serem desenvolvidos exclusivamente pelo Município através das Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Esporte e Lazer.

§ 1º O Processo Seletivo Simplificado será feito por uma Comissão nomeada pelo Executivo Municipal para este fim.

§ 2º As condições, prazos, exigências e critérios para a seleção, bem como as atribuições previstas para a função, constarão no Edital do Processo Seletivo.

§ 3º Os contratados terão seu vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, nos termos do art. 1º da Lei Complementar nº 60, de 17 de julho de 2014.

§ 4º As contratações serão precedidas de Teste Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação, e os respectivos contratos terão vigência pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogados uma vez, pelo mesmo período.

Art. 3º Respeitada a quantidade de vagas estabelecida no art. 1º desta Lei, o Executivo Municipal poderá realizar a abertura de teste seletivo simplificado para a contratação de Instrutor de Aprendizagem pelo prazo de até 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei.

Art. 4º Fica expressamente vedada a recontratação dos profissionais contratados com fundamento nesta Lei, não lhes sendo vedada, entretanto, a participação em concurso público eventualmente aberto, para o preenchimento de vagas em cargos de caráter efetivo.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por meio de dotações orçamentárias próprias, constantes no orçamento vigente e suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 26 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**LEI Nº 6.100, DE 26 DE MAIO DE 2023.**

Dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:**

CAPÍTULO I-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações no Município de Pato Branco fica disciplinada por esta Lei, observado o disposto na legislação e na regulamentação federal pertinente.

Parágrafo único. Não estão sujeitos às prescrições previstas nesta Lei os radares militares e civis, com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo, bem como as infraestruturas de radionavegação aeronáutica e as de telecomunicações aeronáuticas, fixas e móveis, destinadas a garantir a segurança das operações aéreas, cujos funcionamentos deverão obedecer à regulamentação própria.

Art. 2º Para os fins de aplicação desta Lei, adotar-se-ão as normas expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - e as seguintes definições:

I - área precária: área sem regularização fundiária;

II - detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;

III - Estação Transmissora de Radiocomunicação (ETR): conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, incluindo seus acessórios e periféricos, que emitem radiofrequências, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações;

IV - Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel: certa ETR implantada para permanência temporária com a finalidade de cobrir demandas emergenciais e/ou específicas, tais como eventos, situações calamitosas ou de interesse público;

V - Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte: aquela que apresenta dimensões físicas reduzidas e apta a atender aos critérios de baixo impacto visual, tais como:

a) ETR cujos equipamentos sejam harmonizados, enterrados ou ocultados em obras de arte, mobiliário ou equipamentos urbanos; e/ou

b) as instaladas em postes de energia ou postes de iluminação pública, estruturas de suporte de sinalização viária, camuflados ou harmonizados em fachadas de prédios residenciais e/ou comerciais, os de baixo impacto, os sustentáveis, os de estrutura leves e/ou postes harmonizados que agreguem os equipamentos da ETR em seu interior;

c) ETR cuja instalação não dependa da construção civil de novas infraestruturas de suporte ou não impliquem na alteração da edificação existente no local;

VI - instalação externa: instalação em locais não confinados, tais como torres, postes, topos de edificações, fachadas, caixas d'água etc.;

VII - instalação interna: instalação em locais internos, tais como no interior de edificações, túneis, centros comerciais, aeroportos, centros de convenção, shopping centers e mais, estádios etc.;

VIII - infraestrutura de suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte a redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;

IX - poste: infraestrutura vertical cônica e autossuportada, de concreto ou constituída por chapas de aço, instalada para suportar as ETR;

X - poste de energia ou poste de iluminação pública: infraestrutura de madeira, cimento, ferro ou aço destinada a sustentar linhas de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica e iluminação pública, que pode suportar ETR;

XI - prestadora: pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações;

XII - torre: infraestrutura vertical transversal triangular ou quadrada treliçada, que pode ser do tipo autossuportada ou estaiada;

XIII - radiocomunicação: telecomunicação que utiliza frequências radioelétricas não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos.

Art. 3º As Estações Transmissoras de Radiocomunicação e as respectivas infraestruturas de Suporte ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano e são consideradas bens de utilidade pública e relevante interesse social, conforme disposto na legislação e regulamentação federal aplicáveis, podendo ser implantadas, compartilhadas e utilizadas em todas as zonas ou categorias de uso, desde que atendam exclusivamente ao disposto nesta Lei.

§ 1º Em bens privados, é permitida a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infraestrutura de suporte com a devida autorização do proprietário do imóvel ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel, mesmo que situado em Área Precária.

§ 2º Nos bens públicos municipais de todos os tipos, é permitida a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação mediante Termo de Permissão de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso, que será outorgada pelo Município, a título não oneroso.

§ 3º Em razão da utilidade pública e relevante interesse social para a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, o Município pode ceder o uso do bem público de uso comum na forma prevista no § 2º para interessados em realizar a instalação de infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio, nesses casos, o processo licitatório será inexigível, porém será necessária a prévia autorização mediante contratualização com a municipalidade para que se proceda à referida instalação.

§ 4º A cessão de bem público de uso comum não se dará de forma exclusiva, ressalvados os casos em que sua utilização por outros interessados seja inviável ou puder comprometer a instalação da infraestrutura.

Art. 4º Não estará sujeita ao licenciamento municipal estabelecido nesta Lei, bastando aos interessados comunicar previamente a implantação e funcionamento ao órgão municipal encarregado do licenciamento urbanístico:

I - de ETR Móvel;

II - de ETR de Pequeno Porte;

III - de ETR em Área Interna;

IV - a substituição da infraestrutura de suporte para ETR já licenciada; e

V - o compartilhamento de infraestrutura de suporte e ETR já licenciada.

Art. 5º O limite máximo de emissão de radiação eletromagnética, considerada a soma das emissões de radiação de todos os sistemas transmissores em funcionamento em qualquer localidade do Município, será aquele estabelecido em legislação e regulamentação federal para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos.

Parágrafo único. Os órgãos municipais deverão oficiar ao órgão regulador federal de telecomunicações no caso de eventuais indícios de irregularidades quanto aos limites legais de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.

Art. 6º O compartilhamento das infraestruturas de Suporte pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação observará as disposições das regulamentações federais pertinentes.

CAPÍTULO II-DAS RESTRIÇÕES DE INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 7º Visando à proteção da paisagem urbana, a instalação externa das infraestruturas de suporte deverá atender às seguintes disposições para viabilizar as ETR:

I - em relação à instalação de torres: três metros de afastamento frontal e um metro e meio das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo da base da torre em relação à divisa do imóvel ocupado;

II - em relação à instalação de postes: um metro e meio de afastamento frontal, das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo do poste em relação à divisa do imóvel ocupado.

§ 1º Poderá ser autorizada a implantação de infraestrutura de suporte sem observância das limitações previstas neste artigo, nos casos de impossibilidade técnica para sua implantação, devidamente justificada junto aos órgãos Municipais competentes pelo interessado, mediante laudo que justifique a necessidade de sua instalação e indique os eventuais prejuízos caso não seja realizado.

§ 2º As restrições estabelecidas nos incisos I e II não se aplicam aos demais tipos de infraestrutura de suporte, tais como contêineres, elementos, entre outros.

§ 3º As restrições estabelecidas no inciso II deste artigo não se aplicam aos postes, edificados ou a edificar em bens públicos de uso comum.

Art. 8º Poderá ser admitida a instalação de abrigos de equipamentos da Estação Transmissora de Radiocomunicação nos limites do terreno, desde que:

I - não promova prejuízo para a ventilação do imóvel vizinho;

II - não seja aberta janela voltada para a edificação vizinha.

Art. 9º A instalação dos equipamentos de transmissão, contêineres, antenas, cabos e mastros no topo e fachadas de edificações é admitida desde que sejam garantidas condições de segurança previstas nas normas técnicas e legais aplicáveis, para as pessoas no interior da edificação e para aquelas que acessarem o topo do edifício.

§ 1º Nas ETR e infraestrutura de suporte instaladas em topos de edifícios não deverão observar o disposto nos incisos I e II do artigo 7º da presente Lei.

§ 2º Os equipamentos elencados no caput deste artigo obedecerão às limitações das divisas do terreno do imóvel, não podendo apresentar projeção que ultrapasse o limite da edificação existente para o lote vizinho, quando a edificação ocupar todo o lote próprio.

Art. 10. Os equipamentos que compõem a ETR deverão receber, se necessário, tratamento acústico para que o ruído não ultrapasse os limites máximos permitidos e estabelecidos em legislação pertinente.

Art. 11. Implantação das ETR deverá observar as seguintes diretrizes:

I - redução do impacto paisagístico, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável nos termos da legislação federal;

II - priorização da utilização de equipamentos de infraestrutura já implantados, como redes de iluminação pública, sistemas de videomonitoramento público, distribuição de energia e mobiliário urbano; e

III - priorização do compartilhamento de infraestrutura no caso de implantação em torres de telecomunicações e sistema rooftop.

CAPÍTULO III-DA OUTORGA DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA E AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Art. 12. A implantação das infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações depende da expedição de Alvará de Construção.

Art. 13. A atuação e eventual autorização do órgão ambiental pertinente ou do órgão gestor competente será necessária quando se tratar de instalação em Área de Preservação Permanente ou Unidade de Conservação.

§ 1º O processo de licenciamento ambiental, quando for necessário, ocorrerá de maneira integrada ao procedimento de licenciamento urbanístico, cujas autorizações serão expedidas mediante procedimento simplificado.

§ 2º A licença ambiental de implantação da infraestrutura terá prazo indeterminado, atestando que a obra foi executada conforme projeto aprovado.

Art. 14. O pedido de Alvará de Construção será apreciado pelo órgão municipal competente e abrangerá a análise dos requisitos básicos a serem atendidos nas fases de construção e instalação, observadas as normas da ABNT, e deverá ser instruído pelo projeto executivo de implantação da infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação e a planta de situação elaborada pela requerente.

Parágrafo único. Para solicitação de emissão do Alvará de Construção deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - requerimento;

II - projeto executivo de implantação da infraestrutura de suporte e respectiva(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica - ART;

III - autorização do proprietário ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel;

IV - contrato ou estatuto social da empresa responsável e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

V - procuração emitida pela empresa responsável para requerimento de expedição do Alvará de Construção, se o caso;

VI - comprovante de quitação da taxa única de análise e expedição de licenças no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), a ser recolhida aos cofres públicos do Município.

Art. 15. O Alvará de Construção, autorizando a implantação das infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações, será concedido quando verificada a adequação com os termos desta Lei.

Art. 16. Após a instalação da infraestrutura de suporte, a detentora deverá requerer ao órgão municipal competente a expedição do Certificado de Conclusão da Obra.

Parágrafo único. O Certificado de Conclusão de Obra terá prazo indeterminado, atestando que a obra foi executada conforme projeto aprovado.

Art. 17. O prazo para análise dos pedidos e outorga do Alvará de Construção, bem como do Certificado de Conclusão de Obra, será de até trinta dias corridos, contados da data de apresentação dos requerimentos acompanhados dos documentos necessários.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no caput deste artigo, se o órgão licenciador municipal não houver finalizado o processo de licenciamento, o(s) interessado(s) estará(ão) habilitado(s) a construir, instalar e ceder sua infraestrutura de suporte, incluindo os equipamentos de telecomunicações, ressalvado o direito de fiscalização do cumprimento da conformidade das especificações constantes do seu Projeto executivo de implantação pelo município.

Art. 18. A eventual negativa na concessão da outorga do Alvará de Construção, da Autorização Ambiental ou do Certificado de Conclusão de Obra deverá ser fundamentada e dela caberá recurso administrativo.

Art. 19. Na hipótese de compartilhamento, fica dispensada a empresa compartilhante de requerer Alvará de Construção, da Autorização Ambiental e do Certificado de Conclusão de Obra, nos casos em que a implantação da detentora já esteja devidamente regularizada.

CAPÍTULO IV-DA FISCALIZAÇÃO

Art. 20. A fiscalização do atendimento aos limites referidos no art. 5º desta Lei para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, bem como a aplicação das eventuais sanções cabíveis, serão efetuadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, nos termos dos art. 11 e 12, inciso II, da Lei Federal nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

Art. 21. Constatado o descumprimento de quaisquer dos requisitos estabelecidos nesta Lei, o órgão outorgante deverá intimar a prestadora responsável para que no prazo de trinta dias proceda às alterações necessárias à adequação.

CAPÍTULO V-DAS PENALIDADES

Art. 22. Constituem infrações à presente Lei:

I - instalar e manter no território municipal infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação sem o respectivo Alvará de Construção, autorização ambiental (quando aplicável) e Certificado de Conclusão de Obra, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;

II - prestar informações falsas.

Art. 23. As infrações tipificadas nos incisos do art. 22 aplicam-se as seguintes penalidades:

I - notificação de advertência, na primeira ocorrência;

II - multa, na segunda ocorrência, consoante legislação municipal.

Art. 24. As multas a que se refere esta Lei deverão ser recolhidas no prazo de trinta dias, contados da sua imposição ou da decisão condenatória definitiva, sob pena de serem inscritas em dívida ativa municipal.

Art. 25. A empresa notificada ou autuada por infração à presente Lei poderá apresentar defesa, dirigida ao órgão responsável pela notificação ou autuação, com efeito suspensivo da sanção imposta, no prazo de trinta dias contados da notificação ou autuação.

Art. 26. Caberá recurso em última instância administrativa das autuações expedidas com base na presente Lei ao Prefeito do Município, também com efeito suspensivo da sanção imposta.

CAPÍTULO VI-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. Todas as Estações Transmissoras de Radiocomunicação que se encontram em operação na data de publicação desta Lei ficam sujeitas à verificação do atendimento aos limites estabelecidos no art. 5º, através da apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, sendo que as licenças já emitidas continuam válidas.

§ 1º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Poder Executivo, para que as prestadoras apresentem a Licença para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações às Estações Rádio Base referidas no caput deste artigo e requeiram a expedição do documento comprobatório de sua regularidade perante ao Município.

§ 2º O prazo para análise do pedido referido no parágrafo acima será de trinta dias contados da data de apresentação do requerimento acompanhado da Licença para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações para a Estação transmissora de radiocomunicação.

§ 3º Findo o prazo estabelecido no § 2º, se o órgão licenciador municipal não houver finalizado o processo de expedição do documento comprobatório de regularidade, a empresa requerente estará habilitada a continuar operando a Estação Transmissora de Radiocomunicação de acordo com as condições estabelecidas na licença para funcionamento da ANATEL, até que o documento seja expedido.

§ 4º Após as verificações ao disposto neste artigo e com o cumprimento dos prazos estabelecidos e apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações, cabe ao Poder Público emitir Termo de Regularidade da Estação transmissora de radiocomunicação.

Art. 28. As infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações que estiverem instaladas até a data de publicação desta Lei, e que não estejam ainda devidamente licenciadas perante o Município nos termos desta Lei, ficam sujeitas à verificação do atendimento aos requisitos aqui estabelecidos.

§ 1º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias contados da publicação desta Lei, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Executivo, para que as detentoras apresentem os documentos relacionados no parágrafo único do art. 14 desta Lei e requeiram a expedição do documento comprobatório de sua regularidade perante o Município.

§ 2º Nos casos de não cumprimento dos parâmetros da presente Lei, será concedido o prazo de até dois anos para adequação das infraestruturas de suporte mencionadas no caput.

§ 3º Em casos de eventual impossibilidade de total adequação, esta será dispensada mediante apresentação de laudo ou documento equivalente que demonstre a necessidade da permanência da infraestrutura devido aos prejuízos causados pela falta de cobertura no local.

§ 4º Durante os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, não poderão ser aplicadas sanções administrativas às detentoras de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação mencionadas no caput motivadas pela falta de cumprimento da presente Lei.

§ 5º Após os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, no caso da não obtenção pela detentora do documento comprobatório da regularidade da Estação perante o Município ou apresentação do laudo técnico ou documento similar que demonstre a necessidade da permanência da infraestrutura, será aplicada multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

Art. 29. Em casos eventuais de necessidade de remoção de uma Estação Transmissora de Radiocomunicação, a detentora terá o prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da comunicação da necessidade de remoção pelo Poder Público, para protocolar o pedido de autorizações urbanísticas para a infraestrutura de suporte que irá substituir a Estação a ser remanejada.

§ 1º A remoção da Estação Transmissora de Radiocomunicação deverá ocorrer em no máximo cento e oitenta dias a partir da emissão das licenças da infraestrutura da Estação que irá a substituir.

§ 2º O prazo máximo para a remoção da Estação Transmissora de Radiocomunicação não poderá ser maior do que dois anos a partir do momento da notificação da necessidade de remoção pelo Poder Público.

§ 3º Nos dois primeiros anos de vigência desta Lei, devido ao alto volume de Estações Transmissoras de Radiocomunicação que passarão por processo de regularização, todos os prazos mencionados no art. 29 serão contados em dobro.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei decorre de projeto de lei de autoria do vereador Claudemir Zanco.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 26 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**DECRETO Nº 9.538, DE 26 DE MAIO DE 2023.**

Abre crédito suplementar no exercício de 2023, no valor de R$ 179.663,99 (cento e setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base no art. 38, § 3º, da Lei Municipal nº 5.951, de 13 de julho de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Municipal nº 6.063, de 16 de dezembro de 2022 - Lei Orçamentária Anual (LOA);

Considerando o disposto na Lei Complementar Federal nº 172, de 15 de abril de 2020, que autorizou aos municípios a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, constantes de seus respectivos Fundos de Saúde, provenientes de repasses do Ministério da Saúde, até o final do exercício financeiro de 2023; e

Considerando o disposto na Portaria GM/MS nº 96, de 7 de fevereiro de 2023, do Ministério da Saúde, que estabeleceu os parâmetros para a definição do auxílio financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o Sistema Único de Saúde - SUS, decorrentes da transposição e transferência dos saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores a 2018, nos termos da Lei Complementar Federal nº 197, de 6 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a transposição, transferência e reprogramação dos saldos remanescentes das aplicações financeiras, no valor de R$ 179.663,99 (cento e setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos), no orçamento do exercício de 2023, do Fundo Municipal de Saúde, conforme planilha abaixo, contendo os saldos das contas e programas orçamentários em 31 de dezembro de 2022:

| PROGRAMA | BANCO | CONTA | FONTE | VALOR SALDO |
|---|---|---|---|---|
| BLGES | Caixa | 66240136 | 496 | R$ 24.565,20 |
| BLINV | Caixa | 66240266 | 500 | R$ 51.222,81 |
| BLINV | Caixa | 66240243 | 500 | R$ 24.995,62 |
| BLINV | Caixa | 66240251 | 500 | R$ 25.575,94 |
| BLINV | Caixa | 66240205 | 500 | R$ 25.302,17 |
| BLINV | Caixa | 66240103 | 338 | R$ 13.990,96 |
| BLINV | Caixa | 66240196 | 500 | R$ 11.629,94 |
| BLINV | Caixa | 66240227 | 347 | R$ 7.014,42 |
| BLINV | Caixa | 66240200 | 500 | R$ 6.163,04 |
| BLINV | Caixa | 66240162 | 500 | R$ 4.317,28 |
| BLINV | Caixa | 66240170 | 500 | R$ 4.173,05 |
| BLINV | Caixa | 66240197 | 500 | R$ 792,09 |
| BLINV | Caixa | 66240145 | 500 | R$ 781,21 |
| BLINV | Caixa | 66240506 | 500 | R$ 556,45 |
| BLMAC | Caixa | 66240081 | 496 | R$ 1.690,26 |
| CENT4 | Caixa | 66240120 | 500 | R$ 120,45 |
| | | Total | | R$ 179.663,99 |

Art. 2º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 179.663,99 (cento e setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos), conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 38 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE | |
| 38.03 | MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
| 10 | Saúde | |
| 10.302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | |
| 10.302.0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.265 | Manutenção de Serviços de Assistência à Saúde - Ambulatorial e Hospitalar | |
| 3.3.50.43 – 5338 (19979) | Subvenção Social | 13.990,96 |
| 3.3.50.43 – 5347 (19977) | Subvenção Social | 7.014,42 |
| 3.3.50.43 – 5496 (19975) | Subvenção Social | 1.690,26 |
| 3.3.50.43 – 5499 (19978) | Subvenção Social | 34.595,00 |
| 3.3.50.43 – 5500 (19980) | Subvenção Social | 122.363,35 |
| | Total | 179.663,99 |

Art. 3º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2022, conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 5.338 | Convênio Construção de U.B de Saúde - Pinheirinho | 13.990,96 |
| 5.347 | PAB BLINV MORUMBI | 7.014,42 |
| 5.496 | Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar | 1.690,26 |
| 5.499 | Gestão do SUS | 34.595,00 |
| 5.500 | Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204-GM/2007 | 122.363,35 |
| | Total | 179.663,99 |

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 26 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO**

**EXTRATO CONTRATO Nº 82/2023. PREGÃO ELETRÔNICO 38/2023. PROCESSO Nº 82/2023.** PARTES: Município de Pato Branco, CNPJ Nº 76.995.448/0001-54 e, ***REALSEG SEGURANCA DO TRABALHO LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 27.145.463/0001-06, **VALOR TOTAL: R$ 34.999,00.** Pato Branco, 26 de Maio de 2023. Roberto Livi- Representante Legal. **OBJETO:** Prestação de serviços de segurança e medicina do trabalho, atendendo as normas regulamentadoras trabalhistas, para a elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Avaliações Ambientais Quantitativas, visando à prevenção de doenças e acidentes de trabalho, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Prefeito – Robson Cantu.

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO**

**Extrato de Aditamento nº 05/2023. Contrato Nº 151/2020, Concorrência nº 03/2020, Processo nº 144/2020.** PARTES: Município de Pato Branco e Laca Engenharia Ltda. OBJETO: A construção do Centro de Eventos, localizado no Parque de Exposições na Rua Benjamin Borges, nº 611, Bairro Fraron, com área total de 8.136,00 m² com recurso proveniente do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 20/01522-4, celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e o Município, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal Engenharia e Obras. ADITAMENTO: Do Prazo, com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Artigo 57, § 2º, fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 90 dias, ou seja, até o dia 23/08/2023. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 24 de Maio de 2023. Robson Cantu – Prefeito. Marcel Antonio de Lima Caetano – Representante Legal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**
**ESTADO DO PARANÁ**
Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7300
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**ERRATA**

Termo publicado originalmente no Diário Do Sudoeste, Edição Nº 8396 de 25 de maio de 2023.

**TERMO DE RETIFICAÇÃO PE 29/2023**

**ONDE SE LÊ:**

1. **Fica retificado o item 1.1. Da descrição detalhada do objeto, suas quantidades e valores máximos do ANEXO I – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E TERMO DE REFERÊNCIA passando a vigorar a seguinte descrição:**

| Item | Especificação | Unid. | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE, ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2022, TRAÇÃO 6X4 COM POTÊNCIA MÍNIMA NÃO INFERIOR A 320HP. CAÇAMBA COM CAPACIDADE NÃO INFERIOR DE 12M³ COM ABERTURA VERTICAL, COMBUSTÍVEL DIESEL S10, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, PINTURA NA COR BRANCA (74435 - 1) | UN | 1,00 | 814.333,33 | 814.333,33 |

**LEIA-SE:**

1. **Fica retificado o item 1.1. Da descrição detalhada do objeto, suas quantidades e valores máximos do ANEXO I – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E TERMO DE REFERÊNCIA e também o objeto da licitação, passando a vigorar a seguinte descrição:**

| Item | Especificação | Unid. | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE, ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2022, TRAÇÃO 6X4 COM POTÊNCIA MÍNIMA NÃO INFERIOR A 320HP. CAÇAMBA COM CAPACIDADE NÃO INFERIOR DE 12M³ COM ABERTURA VERTICAL, COMBUSTÍVEL DIESEL S10, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, PINTURA NA COR BRANCA (74435 - 1) | UN | 1,00 | 814.333,33 | 814.333,33 |

<u>OBJETO</u>: Aquisição de 01(um) Caminhão Caçamba Basculante tração 6x4, cuja caçamba forneça capacidade de 12 m³, sendo 0km (quilômetros) com ano de fabricação não inferior a 2022, de acordo com as especificações do edital e seus anexos.

**MUNICIPIO DE MARIOPOLIS**

**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2023.** PARTES: MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS E Sonia Mara da Luz Bogoni - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.050.666/0001-21, inscrição estadual nº 90687586-18, doravante denominada simplesmente CONTRATADA. DO OBJETO: a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção da rede de iluminação pública, incluindo super postes, conforme descrição abaixo:

| ITEM | QTDE | UND | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT R$ | VALOR TOTAL R$ |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 12,0 | UND | Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção da rede de iluminação pública incluindo super postes, com reposição de material danificado disponibilizado pelo Município. A contratada é obrigada a efetuar a manutenção da rede de iluminação pública duas vezes por mês nos dias 14 e 15; 29 e 30 ou em dias seguintes devido a feriados ou intempéries. A contratada compromete-se a cumprir o mínimo de 10 horas mensais de manutenção, sendo 04 horas noturnas na primeira quinzena do mês, 04 horas noturnas na segunda quinzena do mês e 02 horas diurnas ao longo mês. A empresa contratada deverá garantir a qualidade na prestação de serviços, e se detectados problemas ou ainda má qualidade, os serviços deverão ser solucionados imediatamente, correndo as custas sob suas expensas, ficando sujeitos às penalidades aplicáveis a inadimplência. Os serviços serão solicitados através de ordem de serviços disponibilizada pela administração municipal. Sobre a segurança pessoal dos funcionários da empresa contratada a mesma deverá seguir as normas de segurança de acordo com a norma NBR 5410. O Município não se responsabiliza por acidentes ocorridos aos funcionários da empresa contratada. A contratada deverá realizar a substituição de lâmpadas (250 watts) e outros materiais danificados em postes normais. Instalação de luminárias, reatores, reles, braços, lâmpadas (250 watts) e demais materiais necessários em postes normais, também substituições de lâmpadas e outros materiais danificados em super postes. A Contratada deverá estar apta com todos os equipamentos necessários para fazer toda a manutenção da iluminação pública, inclusive super postes, dentro do perímetro urbano e nos três trevos de acesso do município de acordo com as normas da Copel. | 1.455,00 | 17.460,00 |

DO PRAZO: O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses. VALOR: R$ 17.460,00 (Dezessete mil quatrocentos e sessenta reais). PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente até o quinto dia útil de cada mês. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.00 – Departamento de Viação e Serviços Urbanos – 11.02 – Divisão de Serviços Urbanos – 15.452.0017.2.034 – Manutenção dos Serviços Urbanos – 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte (000). Despesa 1861. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: A dispensa de licitação é embasada na Lei 8.666/93, que diz em seu: Art. 24. É dispensável a licitação: inciso II. JUSTIFICATIVA: a) o valor da contratação não justifica a realização de um processo licitatório comum, b) a contratação dos serviços se justifica, tendo em vista que a boa qualidade da iluminação pública, principalmente no período noturno, é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, na medida em que está diretamente ligada à segurança pública e à ordenação dos elementos viários, favorecendo o deslocamento e trânsito de pessoas e veículos; c) a Nota Técnica nº 1/2018 – CGF/TCE-PR orienta que os valores fixados pelo Decreto Federal nº 9.412/2018, que alterou os limites para contratações mediante dispensa de licitação, se aplicam também à Administração Pública Municipal; d) o preço proposto se justifica, pois é aquele que se mostra o mais vantajoso para a administração segundo os orçamentos realizados junto a empresas do ramo, o que também condiciona, no caso, a escolha da executante. Mariópolis, 26 de Maio de 2023. Leoni Espedito Sangaletti – Presidente. Bruna Almeida Zankoski – Membro. Francisco Valdomiro Bueno – Membro. Mario Eduardo Lopes Paulek - Prefeito Municipal.

**MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS**

**AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2023.** UASG Nº 987693. PROCESSO Nº 425/2023. Tipo de Licitação: MENOR PREÇO. Data da realização: **13 de JUNHO de 2023. Abertura da Sessão: 10h00 horas**. Local: www.gov.br/compras/pt-br. O Município de Mariópolis/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek que o presente instrumento subscreve e pelo Pregoeiro Oficial da municipalidade Francisco Valdomiro Bueno, tornam público que se encontra aberto, certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 23/2023, do tipo MENOR PREÇO – Processo n.º 425/2023, objetivando a implantação de REGISTRO DE PREÇO para futura eventual contratação de empresa para prestação de serviços de fonoaudiologia, para atendimento às crianças da rede municipal de ensino, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, que faz parte do edital, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Municipal nº 38/2020, Decreto Municipal nº 006/2008, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 8.538/2015, Lei Municipal Complementar nº 41/2009, Decreto Municipal nº 36/2010, Decreto Municipal nº 43/2007, aplicando-se, ainda, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666/1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, realizará LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E Sociedade Cooperativa (S.C.). As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos conforme mencionado no edital, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame no site www.gov.br/compras/pt-br. A sessão de processamento do Pregão será realizada eletronicamente no site: www.gov.br/compras/pt-br, iniciando-se no dia 13/06/2023 às 10h00 horas e será conduzida pelo Pregoeiro Oficial com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. INFORMAÇÃO/EDITAL: O Edital de Pregão Eletrônico nº 23/2023 completo encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitação do Paço Municipal – Rua Seis, nº 1030 - Centro – CEP: 85.525-000 – Mariópolis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 ás 11h30min e das 13h00 às 17h00, E-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br, Portal Transparência do Município ou pelos sites www.mariopolis.pr.gov.br, na aba licitações – Pregão Eletrônico e www.gov.br/compras/pt-br - UASG Nº 987693. Mariópolis/PR, 26 de Maio de 2023. Mario Eduardo Lopes Paulek - Prefeito Municipal.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 63

**SECRETARIA DE GABINETE**
**LEI Nº 6.100, DE 26 DE MAIO DE 2023.**

Dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:**

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** A implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações no Município de Pato Branco fica disciplinada por esta Lei, observado o disposto na legislação e na regulamentação federal pertinente.

Parágrafo único. Não estão sujeitos às prescrições previstas nesta Lei os radares militares e civis, com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo, bem como as infraestruturas de radionavegação aeronáutica e as de telecomunicações aeronáuticas, fixas e móveis, destinadas a garantir a segurança das operações aéreas, cujos funcionamentos deverão obedecer à regulamentação própria.

**Art. 2º** Para os fins de aplicação desta Lei, adotar-se-ão as normas expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - e as seguintes definições:

I - área precária: área sem regularização fundiária;

II - detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;

III - Estação Transmissora de Radiocomunicação (ETR): conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, incluindo seus acessórios e periféricos, que emitem radiofrequências, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações;

IV - Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel: certa ETR implantada para permanência temporária com a finalidade de cobrir demandas emergenciais e/ou específicas, tais como eventos, situações calamitosas ou de interesse público;

V - Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte: aquela que apresenta dimensões físicas reduzidas e aptas a atender aos critérios de baixo impacto visual, tais como:

a) ETR cujos equipamentos sejam harmonizados, enterrados ou ocultados em obras de arte, mobiliário ou equipamentos urbanos; e/ou

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 64

b) as instaladas em postes de energia ou postes de iluminação pública, estruturas de suporte de sinalização viária, camuflados ou harmonizados em fachadas de prédios residenciais e/ou comerciais, os de baixo impacto, os sustentáveis, os de estrutura leves e/ou postes harmonizados que agreguem os equipamentos da ETR em seu interior;

c) ETR cuja instalação não dependa da construção civil de novas infraestruturas de suporte ou não impliquem na alteração da edificação existente no local;

VI - instalação externa: instalação em locais não confinados, tais como torres, postes, totens, topo de edificações, fachadas, caixas d`água etc,

VII - instalação interna: instalação em locais internos, tais como no interior de edificações, túneis, centros comerciais, aeroportos, centros de convenção, shopping centers e malls, estádios etc,

VIII - infraestrutura de suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte a redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;

IX - poste: infraestrutura vertical cônica e autosuportada, de concreto ou constituída por chapas de aço, instalada para suportar as ETR`s;

X - poste de energia ou poste de iluminação pública: infraestrutura de madeira, cimento, ferro ou aço destinada a sustentar linhas de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica e iluminação pública, que pode suportar ETR`s;

XI - prestadora: pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações;

XII - torre: infraestrutura vertical transversal triangular ou quadrada, treliçada, que pode ser do tipo autosuportada ou estaiada;

XIII - radiocomunicação: telecomunicação que utiliza frequências radioelétricas não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos.

**Art. 3º** As Estações Transmissoras de Radiocomunicação e as respectivas Infraestruturas de Suporte ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano e são considerados bens de utilidade pública e relevante interesse social, conforme disposto na legislação e regulamentação federal aplicáveis, podendo ser implantadas, compartilhadas e utilizadas em todas as zonas ou categorias de uso, desde que atendam exclusivamente ao disposto nesta Lei.

§ 1º Em bens privados, é permitida a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infraestrutura de suporte com a devida autorização do proprietário do imóvel ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel, mesmo que situado em Área Precária.

Câmara Mun de Pão Braun
Fls 65

§ 2º Nos bens públicos municipais de todos os tipos, é permitida a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação mediante Termo de Permissão de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso, que será outorgada pelo Município, a título não oneroso.

§ 3º Em razão da utilidade pública e relevante interesse social para a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, o Município pode ceder o uso do bem público de uso comum na forma prevista no § 2º para interessados em realizar a instalação de infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio, nesses casos, o processo licitatório será inexigível, porém será necessária a prévia autorização mediante contratualização com a municipalidade para que se proceda a referida instalação.

§ 4º A cessão de bem público de uso comum não se dará de forma exclusiva, ressalvados os casos em que sua utilização por outros interessados seja inviável ou puder comprometer a instalação de infraestrutura.

**Art. 4º** Não estará sujeita ao licenciamento municipal estabelecido nesta Lei, bastando aos interessados comunicar previamente a implantação e funcionamento ao órgão municipal encarregado de licenciamento urbanístico:

I - de ETR Móvel;

II - de ETR de Pequeno Porte;

III - de ETR em Área Internas;

IV - a substituição da infraestrutura de suporte para ETR já licenciada; e

V - o compartilhamento de infraestrutura de suporte e ETR já licenciada.

**Art. 5º** O limite máximo de emissão de radiação eletromagnética, considerada a soma das emissões de radiação de todos os sistemas transmissores em funcionamento em qualquer localidade do Município, será aquele estabelecido em legislação e regulamentação federal para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos.

Parágrafo único. Os órgãos municipais deverão oficiar ao órgão regulador federal de telecomunicações no caso de eventuais indícios de irregularidades quanto aos limites legais de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.

**Art. 6º** O compartilhamento das Infraestruturas de Suporte pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação observará as disposições das regulamentações federais pertinentes.

CAPÍTULO II
DAS RESTRIÇÕES DE INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 66

**Art. 7º** Visando à proteção da paisagem urbana, a instalação externa das infraestruturas de suporte deverá atender às seguintes disposições para viabilizar as ETR:

I - em relação à instalação de torres, três metros do alinhamento frontal e um metro e meio das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo da base da torre em relação à divisa do imóvel ocupado;

II - em relação à instalação de postes, um metro e meio do alinhamento frontal, das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo do poste em relação à divisa do imóvel ocupado.

§ 1º Poderá ser autorizada a implantação de infraestrutura de suporte sem observância das limitações previstas neste artigo, nos casos de impossibilidade técnica para sua implantação, devidamente justificada junto aos órgãos Municipais competentes pelo interessado, mediante laudo que justifique a necessidade de sua instalação e indique os eventuais prejuízos caso não seja realizado.

§ 2º As restrições estabelecidas nos incisos I e II não se aplicam aos demais itens da infraestrutura de suporte, tais como: containers, esteiramento, entre outros.

§ 3º As restrições estabelecidas no inciso II deste artigo não se aplicam aos postes, edificados ou a edificar, em bens públicos de uso comum.

**Art. 8º** Poderá ser admitida a instalação de abrigos de equipamentos da Estação Transmissora de Radiocomunicação nos limites do terreno, desde que:

I - não promova prejuízo para a ventilação do imóvel vizinho;

II - não seja aberta janela voltada para a edificação vizinha.

**Art. 9º** A instalação dos equipamentos de transmissão, containers, antenas, cabos e mastros no topo e fachadas de edificações é admitida desde que sejam garantidas condições de segurança previstas nas normas técnicas e legais aplicáveis, para as pessoas no interior da edificação e para aquelas que acessarem o topo do edifício.

§ 1º Nas ETR e infraestrutura de suporte instaladas em topos de edifícios não deverão observar o disposto nos incisos I e II do artigo 7º da presente Lei.

§ 2º Os equipamentos elencados no caput deste artigo obedecerão às limitações das divisas do terreno do imóvel, não podendo apresentar projeção que ultrapasse o limite da edificação existente para o lote vizinho, quando a edificação ocupar todo o lote próprio.

**Art. 10.** Os equipamentos que compõem a ETR deverão receber, se necessário, tratamento acústico para que o ruído não ultrapasse os limites máximos permitidos e estabelecidos em legislação pertinente.

**Art. 11.** Implantação das ETR deverá observar as seguintes diretrizes:

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 67

I - redução do impacto paisagístico, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável, nos termos da legislação federal;

II - priorização da utilização de equipamentos de infraestrutura já implantados, como redes de iluminação pública, sistemas de videomonitoramento público, distribuição de energia e mobiliário urbano; e

III - priorização do compartilhamento de infraestrutura no caso de implantação em torres de telecomunicação e sistema rooftop.

CAPÍTULO III
DA OUTORGA DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA E AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 12.** A implantação das Infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações depende da expedição de Alvará de Construção.

**Art. 13.** A atuação e eventual autorização do órgão ambiental pertinente ou do órgão gestor somente será necessária quando se tratar de instalação em Área de Preservação Permanente ou Unidade de Conservação.

§ 1º O processo de licenciamento ambiental, quando for necessário, ocorrerá de maneira integrada ao procedimento de licenciamento urbanístico, cujas autorizações serão expedidas mediante procedimento simplificado.

§ 2º A licença ambiental de implantação da infraestrutura terá prazo indeterminado, atestando que a obra foi executada, conforme projeto aprovado.

**Art. 14.** O pedido de Alvará de Construção será apreciado pelo órgão municipal competente e abrangerá a análise dos requisitos básicos a serem atendidos nas fases de construção e instalação, observadas as normas da ABNT, e deverá ser instruída pelo projeto executivo de implantação da infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação e a planta de situação elaborada pela requerente.

Parágrafo único. Para solicitação de emissão do Alvará de Construção deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - requerimento;

II - projeto executivo de implantação da infraestrutura de suporte e respectivo(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica - ART;

III - autorização do proprietário ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel;

IV - contrato ou estatuto social da empresa responsável e comprovante de inscrição no Cadastro nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 68

V - procuração emitida pela empresa responsável pelo requerimento de expedição do Alvará de Construção, se o caso;

VI - comprovante de quitação de taxa única de análise e expedição de licenças no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais) a ser recolhido aos cofres públicos do Município.

**Art. 15.** O Alvará de Construção, autorizando a implantação das Infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações, será concedido quando verificada a conformidade das especificações constantes do projeto executivo de implantação com os termos desta Lei.

**Art. 16.** Após a instalação da infraestrutura de suporte, a detentora deverá requerer ao órgão municipal competente a expedição do Certificado de Conclusão de Obra.

Parágrafo único. O Certificado de Conclusão de Obra terá prazo indeterminado, atestando que a obra foi executada conforme projeto aprovado.

**Art. 17.** O prazo para análise dos pedidos e outorga do Alvará de Construção, bem como do Certificado de Conclusão de Obra, será de até trinta dias corridos, contados da data de apresentação dos requerimentos acompanhados dos documentos necessários.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no caput deste artigo, se o órgão licenciador municipal não houver finalizado o processo de licenciamento, a(s) empresa(s) interessada(s) estará(ão) habilitada(s) a construir, instalar e ceder sua infraestrutura de suporte, incluindo os equipamentos de telecomunicações, ressalvado o direito de fiscalização do cumprimento da conformidade das especificações constantes do seu Projeto executivo de implantação pelo município.

**Art. 18.** A eventual negativa na concessão da outorga do Alvará de Construção, da Autorização Ambiental ou do Certificado de Conclusão de Obra deverá ser fundamentada e dela caberá recurso administrativo.

**Art. 19.** Na hipótese de compartilhamento, fica dispensada a empresa compartilhante de requerer Alvará de Construção, da Autorização Ambiental e do Certificado de Conclusão de Obra, nos casos em que a implantação da detentora já esteja devidamente regularizada.

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO

**Art. 20.** A fiscalização do atendimento aos limites referidos no art. 5º desta Lei para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, bem como a aplicação das eventuais sanções cabíveis, serão efetuadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, nos termos dos art. 11 e 12, inciso V, da Lei Federal nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

**Art. 21.** Constatado o desatendimento de quaisquer dos requisitos estabelecidos nesta Lei, o órgão outorgante deverá

Câmara Mun de Pato Branco Fls 69

intimar a prestadora responsável para que no prazo de trinta dias proceda às alterações necessárias à adequação.

CAPÍTULO V
DAS PENALIDADES

**Art. 22.** Constituem infrações à presente Lei:

I - instalar e manter no território municipal infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação sem o respectivo Alvará de Construção, autorização ambiental (quando aplicável) e Certificado de Conclusão de Obra, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;

II - prestar informações falsas.

**Art. 23.** Às infrações tipificadas nos incisos do art. 22 aplicam-se as seguintes penalidades:

I - notificação de advertência, na primeira ocorrência;

II - multa, na segunda ocorrência, consoante legislação municipal.

**Art. 24.** As multas a que se refere esta Lei devem ser recolhidas no prazo de trinta dias, contados da sua imposição ou da decisão condenatória definitiva, sob pena de serem inscritas em dívida ativa municipal.

**Art. 25.** A empresa notificada ou autuada por infração à presente Lei poderá apresentar defesa, dirigida ao órgão responsável pela notificação ou autuação, com efeito suspensivo da sanção imposta, no prazo de trinta dias contados da notificação ou autuação.

**Art. 26.** Caberá recurso em última instância administrativa das autuações expedidas com base na presente Lei ao Prefeito do Município, também com efeito suspensivo da sanção imposta.
CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 27.** Todas as Estações Transmissora de Radiocomunicação que se encontrem em operação na data de publicação desta Lei ficam sujeitas à verificação do atendimento aos limites estabelecidos no art. 5º, através da apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, sendo que as licenças já emitidas continuam válidas.

§ 1º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Poder Executivo, para que as prestadoras apresentem a Licença para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações para as Estações Rádio Base referidas no *caput* deste artigo e requeiram a expedição de documento comprobatório de sua regularidade perante ao Município.

§ 2º O prazo para análise do pedido referido no parágrafo acima será de trinta dias contados da data de apresentação do requerimento acompanhado da Licença para Funcionamento de

Câmara Mun de Palo Branco Fls 10

Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações para a Estação transmissora de radiocomunicação.

§ 3º Findo o prazo estabelecido no § 2°, se o órgão licenciador municipal não houver finalizado o processo de expedição de documento comprobatório de regularidade, a empresa requerente estará habilitada a continuar operando a Estação Transmissora de Radiocomunicação de acordo com as condições estabelecidas na licença para funcionamento da ANATEL, até que o documento seja expedido.

§ 4º Após as verificações ao disposto neste artigo, e com o cumprimento dos prazos estabelecidos e apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações, cabe ao Poder Público emitir Termo de Regularidade da Estação transmissora de radiocomunicação.

**Art. 28.** As infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações que estiverem implantadas até a data de publicação desta Lei, e que não estejam ainda devidamente licenciadas perante o Município nos termos desta Lei, ficam sujeitas à verificação do atendimento aos requisitos aqui estabelecidos.

§ 1º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, contado da publicação desta Lei, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Executivo, para que as detentoras apresentem os documentos relacionados no parágrafo único do art. 14 desta Lei e requeiram a expedição de documento comprobatório de sua regularidade perante o Município.

§ 2º Nos casos de não cumprimento dos parâmetros da presente Lei, será concedido o prazo de até dois anos para adequação das infraestruturas de suporte mencionadas no *caput*.

§ 3º Em casos de eventual impossibilidade de total adequação, esta será dispensada mediante apresentação de laudo ou documento equivalente que demonstre a necessidade de permanência da infraestrutura devido aos prejuízos causados pela falta de cobertura no local.

§ 4º Durante os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, não poderão ser aplicadas sanções administrativas às detentoras de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação mencionadas no *caput* motivadas pela falta de cumprimento da presente Lei.

§ 5º Após os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, no caso da não obtenção pela detentora do documento comprobatório da regularidade da Estação perante o Município ou apresentação do laudo técnico ou documento similar que demonstre a necessidade da permanência da infraestrutura, será aplicada multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

**Art. 29.** Em casos eventuais de necessidade de remoção de uma Estação Transmissora de Radiocomunicação, a detentora terá o prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da comunicação da necessidade de remoção pelo Poder Público, para protocolar o pedido de autorização urbanística para a infraestrutura de suporte que irá substituir a Estação a ser remanejada.

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 11

§ 1º A remoção da Estação Transmissora de Radiocomunicação deverá ocorrer em no máximo cento e oitenta dias a partir da emissão das licenças de infraestrutura da Estação que irá a substituir.

§ 2º O prazo máximo para a remoção de Estação Transmissora de Radiocomunicação não poderá ser maior do que dois anos a partir do momento da notificação da necessidade de remoção pelo Poder Público.

§ 3º Nos dois primeiros anos de vigência dessa Lei, devido ao alto volume de Estações Transmissoras de Radiocomunicação que passarão por processo de regularização, todos os prazos mencionados no art. 29 serão contados em dobro.

**Art. 30.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei decorre do projeto de lei de autoria do Vereador Claudemir Zanco.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 26 de maio de 2023.

***ROBSON CANTU***
Prefeito Municipal

*** Republicada por erro material.**

**Publicado por:**
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
**Código Identificador:**194F2280

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 31/05/2023. Edição 2782
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Câmara Mun. de Pato Branco – Fls. [illegible] – Visto

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 9.540, DE 30 DE MAIO DE 2023.

Regulamenta no âmbito da Administração Pública do Município de Pato Branco, a pesquisa de preços a que se refere a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, I e XXIII, na forma do art. 52, I, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DECRETA:

*ESTE DECRETO SERÁ PUBLICADO NA ÍNTEGRA NO DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ - AMP - 31/5/2023 - EDIÇÃO Nº 2792 - https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 9.541, DE 30 DE MAIO DE 2023.

Abre crédito suplementar no exercício de 2023, no valor de R$ 4.461.127,25 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, cento e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, I e XXIII, na forma do art. 52, I, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.363, de 16 de dezembro de 2022.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 4.461.127,25 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, cento e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 08 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| 08.03 | MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
| 10 | Saúde | |
| 10.302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | |
| 10.302.0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.055 | Manutenção de Serviços de Assistência à Saúde - Ambulatorial e Hospitalar | |
| 3.3.50.43 - 494 (1999) | Subvenção Social | 4.461.127,25 |

**Art. 2º** Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício de 2023, conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 494 | Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos em Saúde | 4.461.127,25 |

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 30 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 9.542, DE 30 DE MAIO DE 2023.

Abre crédito suplementar no exercício de 2023, no valor de R$ 2.546.700,00 (dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e setecentos reais) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, I e XXIII, na forma do art. 52, I, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.363, de 16 de dezembro de 2022.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 2.546.700,00 (dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e setecentos reais), conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 02 | GOVERNO MUNICIPAL | |
| 02.05 | DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | |
| 04 | Administração | |
| 04.131 | Comunicação Social | |
| 04.131.0003 | Divulgação Oficial | |
| 2.003 | Manutenção das Atividades da Assessoria de Imprensa | |
| 3.3.90.39 - 511 | Outros Serviços de Terceiros PJ | 200.000,00 |
| Código | Especificação | Valor (R$) |
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| 07.02 | DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | |
| 12 | Educação | |
| 12.365 | Educação Infantil | |
| 12.365.0039 | Manutenção do Ensino | |
| 1.079 | Construir, Reformar, Ampliar e Gerenciar Centros de Educação Infantil | |
| 4.4.90.52 - 300 (1866) | Equipamento e Material Permanente | 15.000,00 |
| Código | Especificação | Valor (R$) |
| 12 | SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | |
| 12.03 | DEPARTAMENTO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO | |
| 17 | Saneamento | |
| 17.512 | Saneamento Básico Urbano | |
| 17.512.0034 | Limpeza Pública | |
| 2.441 | Manutenção das Atividades de Limpeza, Coleta e Processamento | |
| 4.4.90.52 - 520 | Equipamento e Material Permanente | 2.316.700,00 |
| Código | Especificação | Valor (R$) |
| 16 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER | |
| 16.02 | DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER | |
| 27 | Desporto e Lazer | |
| 27.812 | Desporto Comunitário | |
| 27.812.0041 | Manutenção do Esporte | |
| 2.226 | Promoção de Esporte Amador | |
| 3.3.90.30 - 300 (1344) | Material de Consumo | 15.000,00 |
| | Total | 2.546.700,00 |

**Art. 2º** Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício de 2023 e da anulação parcial/total de dotação orçamentária do exercício de 2023, conforme a seguir especificado:

I - excesso de arrecadação do exercício de 2023

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 526 | Operação de Crédito Máquinas e Equipamentos Fomento Paraná | 2.316.700,00 |

II - anulação parcial/total de dotação orçamentária do exercício de 2023

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| 07.02 | DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | |
| 12 | Educação | |
| 12.365 | Educação Infantil | |
| 12.365.0039 | Manutenção do Ensino | |
| 1.079 | Construir, Reformar, Ampliar e Gerenciar Centros de Educação Infantil | |
| 3.3.90.39 - 300 (1862) | Outros Serviços de Terceiros PJ | 15.000,00 |
| Código | Especificação | Valor (R$) |
| 12 | SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | |
| 12.03 | DEPARTAMENTO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO | |
| 17 | Saneamento | |
| 17.512 | Saneamento Básico Urbano | |
| 17.512.0034 | Limpeza Pública | |
| 2.441 | Manutenção das Atividades de Limpeza, Coleta e Processamento | |
| 3.3.90.30 - 511 (1252) | Material de Consumo | 200.000,00 |
| Código | Especificação | Valor (R$) |
| 16 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER | |
| 16.02 | DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER | |
| 27 | Desporto e Lazer | |
| 27.812 | Desporto Comunitário | |
| 27.812.0041 | Manutenção do Esporte | |
| 2.226 | Promoção de Esporte Amador | |
| 3.3.90.32 - 300 (1345) | Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita | 15.000,00 |
| | Total | 2.546.700,00 |

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 30 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 9.543, DE 30 DE MAIO DE 2023.

Abre crédito suplementar no exercício de 2023, no valor de R$ 1.330.000,00 (um milhão trezentos e trinta mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, I e XXIII, na forma do art. 52, I, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.363, de 16 de dezembro de 2022.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2023, no valor de R$ 1.330.000,00 (um milhão trezentos e trinta mil reais), conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 26 | SECRETARIA MUNICIPAL ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 26.02 | DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA | |
| 15 | Urbanismo | |
| 15.451 | Infra-Estrutura Urbana | |
| 15.451.2019 | Serviços Urbanos e Geoprocessamento | |
| 1.021 | Pavimentação e Conservação de Vias Urbanas | |
| 4.4.90.51 - 509 | Obras e Instalações | 700.000,00 |
| 4.4.90.51 - 1509 | Obras e Instalações | 630.000,00 |
| | Total | 1.330.000,00 |

**Art. 2º** Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial/total de dotação orçamentária do exercício de 2023, conforme a seguir especificado:

| Código | Especificação | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 26 | SECRETARIA MUNICIPAL ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 26.06 | Departamento de Trânsito | |
| 26 | Transporte | |
| 26.782 | Transporte Rodoviário | |
| 26.782.0021 | Trânsito | |
| 2.702 | Manutenção das Atividades de Trânsito | |
| 4.4.90.52 - 509 (550) | Equipamento e Material Permanente | 700.000,00 |
| 3.3.90.30 - 1509 (1715) | Material de Consumo | 280.000,00 |
| 3.3.90.39 - 1509 (1760) | Outros Serviços de Terceiros PJ | 350.000,00 |

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 30 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 6.100, DE 26 DE MAIO DE 2023.

Dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** A implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações no Município de Pato Branco fica disciplinada por esta Lei, observado o disposto na legislação e na regulamentação federal pertinente. [illegible]

**Art. 2º** Para os fins de aplicação desta Lei, adotar-se-ão as normas expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, e as seguintes definições: [illegible]

**Art. 3º** As Estações Transmissoras de Radiocomunicação e as respectivas infraestruturas de Suporte ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano [illegible]

**Art. 4º** Não estará sujeita ao licenciamento municipal estabelecido nesta Lei [illegible]

I - de ETR Móvel;
II - de ETR de Pequeno Porte;
III - de ETR em Área Interna;
IV - a substituição de infraestrutura de suporte para ETR já licenciada; e
V - o compartilhamento de infraestrutura de suporte e ETR já licenciada.

**Art. 5º** O limite máximo de emissão de radiação eletromagnética [illegible]

**Art. 6º** O compartilhamento das infraestruturas de Suporte pelas prestadoras de serviços de telecomunicações [illegible]

CAPÍTULO II - DAS RESTRIÇÕES DE INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO

**Art. 7º** Visando à proteção da paisagem urbana, a instalação externa das infraestruturas de suporte deverá atender os seguintes dispositivos para viabilizar as ETR: [illegible]

**Art. 8º** Poderá ser admitida a instalação de abrigos de equipamentos de Estação Transmissora de Radiocomunicação nos limites do terreno, desde que: [illegible]

**Art. 9º** A instalação dos equipamentos de transmissão [illegible]

**Art. 10.** Os equipamentos que compõem a ETR deverão receber tratamento acústico [illegible]

**Art. 11.** A implantação das ETR deverá observar as seguintes diretrizes: [illegible]

CAPÍTULO III - DA OUTORGA DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA E AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 12.** A implantação das infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações depende de expedição de Alvará de Construção.

**Art. 13.** [illegible]

**Art. 14.** [illegible]

**Art. 15.** O Alvará de Construção, autorizando a implantação das infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações, será concedido [illegible]

**Art. 16.** [illegible]

**Art. 17.** [illegible]

**Art. 18.** [illegible]

**Art. 19.** [illegible]

CAPÍTULO IV - DA FISCALIZAÇÃO

**Art. 20.** A fiscalização do atendimento aos limites referidos no art. 5º desta Lei [illegible]

**Art. 21.** [illegible]

CAPÍTULO V - DAS PENALIDADES

**Art. 22.** Constituem infrações à presente Lei: [illegible]

**Art. 23.** [illegible]

**Art. 24.** [illegible]

**Art. 25.** [illegible]

**Art. 26.** [illegible]

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 27.** Todas as Estações Transmissoras de Radiocomunicação que se encontram em operação na data de publicação desta Lei ficam sujeitas à verificação do atendimento aos limites estabelecidos no art. 5º [illegible]

§ 1º [illegible]

§ 2º [illegible]

§ 3º Findo o prazo estabelecido no § 2º, se o órgão licenciador municipal não houver finalizado o processo de expedição do documento comprobatório de regularidade, a empresa requerente estará habilitada a continuar operando a Estação Transmissora de Radiocomunicação de acordo com as condições estabelecidas na licença para funcionamento da ANATEL, até que o documento seja expedido.

§ 4º Após as verificações ao disposto neste artigo, e com o cumprimento dos prazos estabelecidos e apresentação de Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações, cabe ao Poder Público emitir Termo de Regularidade da Estação transmissora de radiocomunicação.

**Art. 28.** As infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações que estiverem implantadas até a data de publicação desta Lei, e que não estejam ainda devidamente licenciadas perante o Município nos termos desta Lei, ficam sujeitas à verificação do atendimento aos requisitos aqui estabelecidos.

§ 1º Fica concedido o prazo de cento e oitenta dias, contado da publicação desta Lei, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Executivo, para que os detentores apresentem os documentos relacionados no parágrafo único do art. 14 desta Lei e requeiram a expedição do documento comprobatório de sua regularidade perante o Município.

§ 2º Nos casos de não cumprimento dos parâmetros da presente Lei, será concedido o prazo de até dois anos para adequação das infraestruturas de suporte mencionadas no caput.

§ 3º Em casos de eventual impossibilidade de total adequação, esta será dispensada mediante apresentação de laudo ou documento equivalente que demonstre a necessidade de permanência da infraestrutura devido aos prejuízos causados pela falta de cobertura no local.

§ 4º Durante os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, não poderão ser aplicadas sanções administrativas às detentoras de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação mencionadas no caput motivadas pela falta de cumprimento da presente Lei.

§ 5º Após os prazos dispostos nos § 1º e § 2º, no caso da não obtenção pela detentora do documento comprobatório de regularidade da Estação perante o Município ou apresentação do laudo técnico ou documento similar que demonstre a necessidade de permanência da infraestrutura, será aplicada multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

**Art. 29.** Em casos eventuais de necessidade de remoção de uma Estação Transmissora de Radiocomunicação, a detentora terá o prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da comunicação da necessidade de remoção pelo Poder Público, para protocolar o pedido de autorização urbanística para a infraestrutura de suporte que irá substituir a Estação a ser remanejada.

§ 1º A remoção da Estação Transmissora de Radiocomunicação deverá ocorrer em no máximo cento e oitenta dias a partir da emissão das licenças de infraestrutura da Estação que irá a substituir.

§ 2º O prazo máximo para a remoção da Estação Transmissora de Radiocomunicação não poderá ser maior do que dois anos a partir do momento da notificação da necessidade de remoção pelo Poder Público.

§ 3º Nos dois primeiros anos de vigência desta Lei, devido ao alto volume de Estações Transmissoras de Radiocomunicação que passarão por processo de regularização, todos os prazos mencionados no art. 29 serão contados em dobro.

**Art. 30.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei decorre do projeto de lei de autoria do Vereador Claudemir Zanco.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 26 de maio de 2023.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

*REPUBLICADA POR ERRO MATERIAL

---

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

DECRETO Nº 42/2023. DATA: 25/05/2023. SÚMULA: Nomeia os membros das câmaras técnicas de compras e de inovação dentro do comitê gestor municipal para atendimento de dispositivo legal da Lei Complementar nº 29 de 10 de julho de 2019. Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, DECRETA: Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo descritos, para compor a câmara técnica de compras do Comitê Gestor Municipal:

| NOME | ORGÃO REPRESENTATIVO |
|---|---|
| Bruna Almeida Zankoski | Representante do setor de compras |
| Francisco Valdomiro Bueno | Representante do setor licitações |
| Aline Ruthes | Representante do departamento de serviços urbanos |
| Daniel Chaves dos Santos | Representante de empresas locais |

§ 1º – A coordenação desta câmara técnica, cabe ao Sr. Francisco Valdomiro Bueno. Art. 2º – Ficam nomeados os membros abaixo descritos, para compor a Câmara Técnica de Inovação do Comitê Gestor Municipal:

| NOME | ORGÃO REPRESENTATIVO |
|---|---|
| Edina Aparecida Gobetti Payano | Representante de agências cooperativas e financeiras |
| Giovana Lorensete Fortes | Representante do departamento de educação |
| LaisCristina Rissardi Galli | Representante da associação comercial e empresarial |
| Lucas Julian Baldin | Representante do departamento de indústria, comércio e turismo |

§ 1º – A coordenação desta câmara técnica, cabe ao Lucas Julian Baldin. Art. 3º – As decisões de caráter normativo do Comitê Gestor Municipal estão sujeitas "ad referendum" do chefe do Executivo Municipal. Art. 4º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se notadamente o Decreto nº 71/2022. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis em 25 de maio de 2023. MARIO EDUARDO LOPES PAULEK - Prefeito Municipal.

---

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

DECRETO Nº 41 /2023. DATA: 25/05/2023. SÚMULA: Nomeia os membros do Comitê Gestor Municipal para atendimento de dispositivo legal da Lei Complementar nº 29 de 10 de julho de 2019, em seu artigo 3º, dando outras providências. Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, DECRETA: Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo descritos, os quais irão compor o Comitê Gestor Municipal, conforme determina a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas:

| NOME | ORGÃO REPRESENTATIVO |
|---|---|
| Bruna Almeida Zankoski | Representante do setor de compras |
| Edimilson Bogoni | Representante do poder legislativo |
| Edina Aparecida Gobetti Payano | Representante de agências cooperativas e financeiras |
| Francisco Valdomiro Bueno | Representante do setor licitações |
| Samira Dal'Sant | Representante do departamento de educação |
| Márcia Tomé | Representante da associação comercial e empresarial |
| Lucas Julian Baldin | Representante do departamento de indústria, comércio e turismo |
| Leandra Cristina Migliorantza | Representante de empresas locais |
| Letícia dos Santos | Representante de agências cooperativas e financeiras |
| Nadir Rissardi Primo | Representante do departamento de agricultura e meio ambiente |
| Solange de Fátima Pressanto Bellan | Representante do poder executivo |
| Daniel Chaves | Representante da Agência do Trabalhador |
| Voinei Luis Lavarda | Representante de empresas locais |

Art. 2º – A Coordenação do Comitê Gestor Municipal caberá a Sr. Lucas Julian Baldin. Art. 3º – As decisões de caráter normativo do Comitê Gestor Municipal estão sujeitas "ad referendum" do chefe do Executivo Municipal. Art. 4º – Fica revogado o Decreto nº 55/2022. Art. 5º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis em 25 de maio de 2023. MARIO EDUARDO LOPES PAULEK - Prefeito Municipal.

---

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 058/2023**
**REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023 – PMM**
**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA – PR
**CONTRATADO:** COSTA & SOUZA COMERCIO HOSPITALAR LTDA
**CNPJ/MF:** 46.093.723/0001-83
**OBJETO:** Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as Unidades de Atenção Primaria, equipamentos e materiais permanentes para Vigilância em saúde, equipamentos e materiais permanentes para unidades farmacêuticas a pedido da Secretaria de Saúde desta municipalidade.
**VALOR:** R$ 319,00 (Trezentos e dezenove reais).
**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Os recursos financeiros decorrentes dos serviços do objeto deste edital correrão a conta do município de Mangueirinha, alocado na dotação 10.02.2.038.4.4.90.52.00.00.00.00 (331), consignada no orçamento 2023.
**ENTREGA:** conforme edital.
**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.
**DATA DE ASSINATURA:** 09 de maio de 2023.
Mangueirinha, 09 de maio de 2023.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 079/2023**
**REFERENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 025/2023 – PMM**
**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA – PR
**CONTRATADO:** GRACIELA FIORENTIN DEDORDI SENHORIN
**CNPJ/MF:** 30.259.216/0001-37
**OBJETO:** Aquisição de mudas de hortaliças para fomentar a agricultura de subsistência e agricultura familiar, a pedido da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente desta municipalidade.
**VALOR:** R$ 7.180,00 (Sete mil, cento e oitenta reais).
**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Os recursos financeiros decorrentes da referida aquisição correrão por conta do município de Mangueirinha, alocados na dotação 12.02.2.058.3.3.90.30.00.00.00 (518), consignadas no orçamento 2023.
**ENTREGA:** conforme edital.
**VIGÊNCIA:** 90 (noventa) dias.
**DATA DE ASSINATURA:** 16 de maio de 2023.
Mangueirinha, 16 de maio de 2023.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 085/2023**
**REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO 029/2023 – PMM**
**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA – PR
**CONTRATADO:** ALINE PIASSA DE OLIVEIRA E CIA LTDA
**CNPJ/MF:** 40.680.288/0001-07
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em capacitação e treinamento relacionado ao método ABA - Análise de Comportamento Aplicada - para atender a Secretaria Municipal de Educação desta Municipalidade.
**VALOR:** R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).
**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Os recursos financeiros decorrentes da referida locação correrão por conta do município de Mangueirinha, alocados na dotação 09.01.2.021.3.3.90.39.00.00.00 (202), consignada no orçamento 2023.
**EXECUÇÃO:** conforme edital.
**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.
**DATA DE ASSINATURA:** 30 de maio de 2023.
Mangueirinha, 30 de maio de 2023.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 172/2022 –PMM**
**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
**CONTRATADA:** PEDREIRA SANTIAGO LTDA
**CNPJ:** 77.744.134/0001-4
**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto deste Termo Aditivo a alteração contratual para modificação da especificação técnica e melhoramento do objeto do contrato nº 172/2022 - PMM, com fundamento no artigo 65, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993.
**DATA DA ASSINATURA:** 02 de maio de 2023.
Mangueirinha 02 de maio de 2023.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº072/2023**
**REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023 – PMM**
**ÓRGÃO GERENCIADOR:** MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA – PR
**FORNECEDOR REGISTRADO:** LEANDRO MACHOVSKI
**CNPJ/MF n.º** 49.181.899/0001-85
**OBJETO:** Fornecimento de materiais pedagógicos, didáticos, lúdicos, de psicomotricidade e mobiliário para educação infantil creche e pré-escolar para atender Escolas e CMEIs a pedido da Secretaria Municipal de Educação desta municipalidade.

| Item | Quantidade | Unid. | Especificação | Marca | Preço Unit. | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 20,00 | UN | MOTOCA - triciclo infantil; dimensões aproximadas de (CxLxA) 55x40X40cm; peso aproximado de 1.875Kg; em plástico rígido; cores variadas | XALINGO RAKER | 70,00 | 1.400,00 |

**VALOR TOTAL:** R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros decorrentes da aquisição objeto deste edital correrão à conta do município de Mangueirinha, alocado nas respectivas dotações do ano de 2023.
**ENTREGA:** conforme edital.
**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.
**DATA DA ASSINATURA:** 24 de maio de 2023.
Mangueirinha, 24 de maio de 2023.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

---

**EDITAL DE CHAMAMENTO DE PESSOAL Nº. 070/2023**

**Vilmar Schmoller**, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (nova edição) em seu Art. 64 incisos IX, X, XXV e XXVI, resolve:

**1 CONVOCAR:**

1.1 – Para tomar posse no respectivo Cargo os (as) candidatos (as) aprovados (as) no Concurso Publico Municipal, face ao **Edital nº 001/2021.**

1.2 - Os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), devem se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, a partir da data da publicação deste Edital, para assumir o respectivo Cargo, sob pena de convocação dos (as) candidatos (as) respectivamente classificados (as).

**CARGO: Professor 40 horas**

| INSC. | NOME | NF | CLASSIF. |
|---|---|---|---|
| 138049 | WESLLER FILINTO DOS REIS | 64,50 | 25° |

**CARGO: Merendeira**

| INSC. | NOME | NF | CLASSIF. |
|---|---|---|---|
| 129788 | CASSIANE CAVALLI PEDROSO | 62,00 | 6° |

Itapejara D'Oeste, 30 de maio de 2023.

**Vilmar Schmoller,**
Prefeito Municipal.

---

**EDITAL DE CHAMAMENTO DE PESSOAL Nº. 069/2023**

**Vilmar Schmoller**, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (nova edição) em seu Art. 64 incisos IX, X, XXV e XXVI, resolve:

**1 CONVOCAR:**

1.1 – Para tomar posse no respectivo Cargo o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Publico Municipal, face ao **Edital nº 001/2021.**

1.2 - O (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), deve se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, a partir da data da publicação deste Edital, para assumir o respectivo Cargo, sob pena de convocação dos (as) candidatos (as) respectivamente classificados (as).

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL

**CARGO: Cirurgião Dentista**

| INSC. | NOME | NF | CLASSIF. |
|---|---|---|---|
| 137784 | MAYCON DEYKSON BORGES RODRIGUES | 88,50 | 2° |

Itapejara D'Oeste, 30 de maio de 2023.

**Vilmar Schmoller,**
Prefeito Municipal.

---

**EDITAL DE CHAMAMENTO DE PESSOAL Nº. 068/2023**

**Vilmar Schmoller**, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (nova edição) em seu Art. 64 incisos IX, X, XXV e XXVI, resolve:

**1 CONVOCAR:**

1.1 – Para tomar posse no respectivo Cargo o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Publico Municipal, face ao **Edital nº 001/2021.**

1.2 - O (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), deve se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, a partir da data da publicação deste Edital, para assumir o respectivo Cargo, sob pena de convocação dos (as) candidatos (as) respectivamente classificados (as).

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL

**CARGO: Cirurgião Dentista**

| INSC. | NOME | NF | CLASSIF. |
|---|---|---|---|
| 138037 | LUCAS BACHEGA GOMES GERON | 90,00 | 1° |

Itapejara D'Oeste, 30 de maio de 2023.

**Vilmar Schmoller,**
Prefeito Municipal.

---

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Extrato de Aditivo de Contrato N° 2913/2021

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.

Contratado: Sodes Soluções em Desenvolvimento de Software Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.870.433/0001 – 66.

Objeto: Contratação de empresa especializada no licenciamento de uso de Sistema de Saúde Pública, para uso do Departamento Municipal de Saúde de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico N° 007/2021.

Fica prorrogado o prazo contratual passando sua vigência de 31 (trinta e um) de Maio de 2023 para 31 (trinta e um) de Maio de 2024, e fica aditivado o valor contratual, passando de R$ 59.400,00 (Cinquenta e nove mil e quatrocentos reais) para R$ 89.100,00 (Oitenta e nove mil e cem reais).

Data do Aditivo de Contato: 30 (trinta) de Maio de 2023.

---

**CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORONEL VIVIDA PR.**
**EDITAL Nº 10/2023**

**Súmula:** Divulgar a relação dos candidatos inscritos deferidos e indeferidos no Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar.

***A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.***

Coronel Vivida, em 30 de maio de 2023.

**Elizangela Veis Sponholz**
*Presidente do CMDCA*

---

**EDITAL Nº. 036/2023, de 30 de maio de 2023.**
**SELEÇÃO DE ESTAGIARIOS 2021**

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Federal nº Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e tendo em vista o disposto no Edital de Seleção de Estagiários nº. 001/2021 de 06/08/2021, e

**Considerando** o novo período de inscrição do processo de Seleção de Estagiários para algumas áreas específicas conforme Edital nº 035/2023;

**RESOLVE**

1. **TORNAR PUBLICO** a relação nominal, por ordem classificação, dos estudantes que se candidataram a vaga de estágio, na referida área a qual inscreveu-se, conforme cronograma, de 10/05/2023 a 29/05/2023, **habilitados na Analise de Curriculo**, conforme **Anexo I**, e **eliminados Anexo II**, partes integrantes deste Edital.

1.1. Que os candidatos habilitados, ficam em cumprimento ao Edital de Seleção de Estagiários nº 001/2021, distribuídos por ordem rigorosa de classificação, conforme inscrição na área que se candidatou.

1.2. A convocação do candidato dar-se-á observada a prioridade estabelecida no item 3 do Edital de abertura do certame e seus subitens bem como aos seguintes requisitos:

a) necessidade de preenchimento da vaga, manifestada pelo dirigente da Unidade Administrativa requisitante e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo;

b) por área de estágio, compatível com as atividades da Unidade Administrativa requisitante.

1.3. O Município de Coronel Vivida, reserva-se o direito de convocar os Candidatos na medida da necessidade da Administração Municipal, observado o limite de vagas existentes.

**ANDERSON MANIQUE BARRETO**
**Prefeito**

**Registre-se e Publique-se**
Carlos Lopes
**Secretário Municipal de Administração**

**ANEXO I**
**Edital nº. 036/2023 de 30/05/2023**
**Relação Nominal de estudantes Candidatos à vaga de estagio**
**- HABILITADOS -**

**CURSO: HISTORIA**

| Nº | NOME | Nº DE INSCRIÇÃO | Analise Curricular | CURSO | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. | Jakeline Aparecida Dos Santos | 1478/23 | 75,25 | Historia | Habilitada |

**CURSO: ADMINISTRAÇÃO**

| Nº | NOME | Nº DE INSCRIÇÃO | Analise Curricular | CURSO | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. | Gabryella Sauen Pereira | 1544/23 | 81,45 | Administração | Habilitada |
| 2. | Camila Aparecida Linhar Tiburski | 1477/23 | 78,35 | Administração | Habilitada |

**CURSO: LETRAS**

| Nº | NOME | Nº DE INSCRIÇÃO | Analise Curricular | CURSO | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. | Agtha Mello de Oliveira | 1554/23 | 87,69 | Letras | Habilitada |
| 2. | Ana Carolina Santos Polese | 1555/23 | 81,62 | Letras | Habilitada |

**CURSO: PEDAGOGIA**

| Nº | NOME | Nº DE INSCRIÇÃO | Analise Curricular | CURSO | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. | Alessandra Marcia Casarin Borger | 1543/23 | 99,80 | Pedagogia | Habilitada |
| 2. | Larissa Magro | 1529/23 | 84,92 | Pedagogia | Habilitada |
| 3. | Adryeli Barbosa Kalinoski | 1489/23 | 84,27 | Pedagogia | Habilitada |
| 4. | Roger Vitor de Liz Jesbik | 1508/23 | 84,07 | Pedagogia | Habilitado |
| 5. | Cibele Penasol Dos Santos | 1553/23 | 83,23 | Pedagogia | Habilitada |
| 6. | Andreina Livi Graff | 1557/23 | 81,90 | Pedagogia | Habilitada |
| 7. | Elisangela Nunes dos Santos | 1525/23 | 73,50 | Pedagogia | Habilitada |
| 8. | Jaqueline Vieira Amerman dos Santos | 1528/23 | 73,37 | Pedagogia | Habilitada |

**ANEXO II**
**Edital nº. 036/2023 de 30/05/2023**
**Relação Nominal dos estudantes Candidatos inscritos a vaga de estagio**
**- ELIMINADOS -**

| Nº | NOME | Nº DE INSCRIÇÃO | CURSO | Justificativa Eliminação |
|---|---|---|---|---|
| 1. | Emanueli Alves de Lima | 1483/23 | Tec. Administração | Curso fora da área do edital |
| 2. | Karine Cardoso Biancatto | 1559/23 | Geografia | Faltaram documentos obrigatórios |
| 3. | Maiara Cristina da Silva Alexandre | 1558/23 | Administração | Faltaram documentos obrigatórios |

---

Quarto termo aditivo ao Termo de Colaboração nº 01/2021 decorrente do Chamamento Público nº 02/2021 que entre si celebram o Município de Coronel Vivida e a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CORONEL VIVIDA - APMI, CNPJ nº 77.485.530/0001-00. A pedido da Secretaria de Assistência Social e autorização do Secretário de Administração, altera-se o fiscal do Termo de Colaboração. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo de Colaboração. Coronel Vivida, 29 de maio de 2023. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

---

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2023
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM - ITENS 01 AO 05 COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E DEMAIS ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, AR CONDICIONADO, PERSIANAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 01 de junho de 2023 até às 08h do dia 19 de junho de 2023. Abertura das propostas após as 08h do dia 19 de junho de 2023. Início da disputa de preços às 11h do dia 19 de junho de 2023. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R$ 1.134.580,40. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br ou www.bnc.org.br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 30 de maio de 2023. Juliano Ribeiro, Presidente da CPL.

Câmara Municipal de Pato Branco Fls 13 Visto

# Pesquisar Matéria Legislativa



**Pesquisa concluída com sucesso! Foi encontrada 1 matéria.**

## Resultados

**PLO 179/2021 - Projeto de Lei Ordinária**

**Ementa:**
Dispõe sobre as normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

**Apresentação:** 25 de Outubro de 2021
**Processo:** 179 / 2021
**Protocolo:** 3097/2021, **Data Protocolo:** 25/10/2021 - **Horário:** 10:23:20
**Autor:** Claudemir Zanco
**Localização Atual:** ARQUIVO - ARQ
**Status:** Sancionada
**Data Fim Prazo (Tramitação):**
**Resultado:** Aprovada por maioria simples - conforme o art. 37 do RI o presidente não vota
**Data Votação:** 8 de Maio de 2023
15 de Maio de 2023
**Data da última Tramitação:** 26 de Maio de 2023
**Última Ação:** SANÇÃO: Lei nº 6.100, de 26 de maio de 2023. PUBLICAÇÃO: Publicada na página B2 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 8398, de 27 e 28 de maio de 2023 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/5/2023. Edição 2780 - Republicada na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 8400, de 31 de maio de 2023 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 31/5/2023. Edição 2782. Republicada considerando que houve erro de numeração, primeiramente foi publicada como nº 7.000, sendo o correto o nº 6.100.
**Matéria Anexada:** Ofício do Executivo nº 41 de 2022 **Data Anexação:** 19 de Abril de 2022 **Autor(es):** Robson Cantu 2021 a 2024 - Prefeito
**Matéria Anexada:** Requerimento nº 437 de 2022 **Data Anexação:** 19 de Maio de 2022 **Autor(es):** Eduardo Albani Dala Costa
**Matéria Anexada:** Ofício Resposta às Proposições nº 185 de 2022 **Data Anexação:** 13 de Junho de 2022 **Autor(es):** Robson Cantu 2021 a 2024 - Prefeito
**Matéria Anexada:** Parecer Comissão Justiça e Redação nº 4 de 2023 **Data Anexação:** 2 de Março de 2023 **Autor(es):** CJR - Comissão de Justiça e Redação
**Matéria Anexada:** Parecer Comissão Políticas Públicas nº 2 de 2023 **Data Anexação:** 17 de Março de 2023 **Autor(es):** CPP - Comissão de Políticas Públicas
**Matéria Anexada:** Requerimento nº 589 de 2023 **Data Anexação:** 10 de Abril de 2023 **Autor(es):** Joecir Bernardi
**Matéria Anexada:** Ofício Resposta às Proposições nº 124 de 2023 **Data Anexação:** 2 de Maio de 2023 **Autor(es):** Robson Cantu 2021 a 2024 - Prefeito
**Matéria Anexada:** Parecer Comissão Orçamento e Finanças nº 32 de 2023 **Data Anexação:** 3 de Maio de 2023 **Autor(es):** COF - Comissão de Orçamento e Finanças
**Matéria Anexada:** Emenda nº 23 de 2023 **Data Anexação:** 9 de Maio de 2023 **Autor(es):** Claudemir Zanco , Eduardo Albani Dala Costa , Lindomar Rodrigo Brandão , Rafael Celestrin , Rodrigo José Correia , Romulo Faggion
**Documentos Acessórios:** 9
**Texto Original**
**Norma Jurídica Vinculada:** Lei Ordinária nº 6.100, de 26 de maio de 2023



Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

**Câmara Municipal de Pato Branco**
Rua Arariboia, 491
CEP: 85501-262 | Telefone: (46) 3272-1500
OpenAPI | Site | Fale Conosco